

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**THAÍS LEITE REIS**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE BRASILEIROS SOBRE A  
INFÂNCIA NO PROCESSO MIGRATÓRIO:  
ESTEREÓTIPOS PRECONCEITOS**

SEROPÉDICA  
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**THAÍS LEITE REIS**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE BRASILEIROS SOBRE A  
INFÂNCIA NO PROCESSO MIGRATÓRIO:  
ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Área de Concentração Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Luciene Alves Miguez Naiff

SEROPÉDICA  
2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R375r  
a  
Reis, Thais Leite, 1985-  
Representações Sociais de brasileiros sobre  
infância no processo migratório: estereótipos e  
preconceitos / Thais Leite Reis. - Seropédica,  
2021.  
84 f.  
Orientadora: Luciene Alvez Miguez Naiff.  
Dissertação (Mestrado). - Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Psicologia, 2021.  
1. Representações Sociais. . 2. Infância..  
3. Migração. I. Naiff, Luciene Alvez Miguez,  
1969-, orient. II Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro. Psicologia III. Título.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPART DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO



TERMO N° 97/2022 - DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

N° do Protocolo: 23083.007924/2022-83

Seropedica-RJ, 08 de fevereiro de 2022.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**THAIS LEITE REIS**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenc;ao do grau de **Mestre em Psicologia Social**, no Programa de P6s-Graduac;ao em Psicologia (PPGPSI), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

DISSERTAÇÃO APROVADA EM -13/12/2021- Conforme deliberação numero 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigencia do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletronico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação. Identificar membros da banca: Nome completo. Titulação (Dr., Ph.D.). Instituição (sigla) (Orientador / Coorientador, Presidente da Banca) \_\_\_\_\_

DISSERTAÇÃO APROVADA EM\_13 /\_12/ 2021

Dra. Luciene Alves Miguez  
Naiff  
Orientadora  
UFRRJ

Dra. Elizabeth Serra Oliveira  
Membro externo INES

Dra. Ana Claudia de Azevedo Peixoto  
Membro interno UFRRJ

*(Assinado digitalmente em 08/02/2022 18:28)*

ANA CLAUDIA DE AZEVEDO PEIXOTO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matricula: 1808252

*(Assinado digitalmente em 08/02/2022 17:04)*

LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matricula: 1765641

*(Assinado digitalmente em  
08/02/2022 17:08)*

ELIZABETH SERRA

OLIVEIRA

ASSISTENTE EXTERNO CPF:

315.918.843-49

Para verificar a autenticidade deste documento entre  
em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>

informando seu numero:

**97**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data

de emissao: **08/02/2022** e o código

de verificacao: **3e3009dc87**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**THAÍS LEITE REIS**

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

APROVADA EM: 13/12/2021

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciene Alves Miguez Naiff -UFRRJ  
(Orientadora, Presidente da Banca)

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto – UFRRJ  
(Membro interno)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>.Elizabeth Serra Oliveira - INES  
(Membro externo)

*“Quando as crianças brincam  
E eu as ouço brincar  
Qualquer coisa em minha alma  
Começa a se alegrar  
E toda aquela infância  
Que não tive me vem  
Numa onda de alegria  
Que não foi de ninguém  
Se quem fui é enigma,  
E quem serei visão  
Quem sou ao menos sinta  
Isto no coração.”*

**(Fernando Pessoa)**

## AGRADECIMENTOS

Aos professores da pós-graduação do PPGPSI, que contribuíram nesta etapa acadêmica com seus conhecimentos na descoberta de novos caminhos teóricos, filosóficos e práticos.

À minha orientadora que, com sua paciência e confiança, me ensinou a fazer pesquisa.

Aos colegas do mestrado, pelos momentos singulares de catarses e trocas de informações.

À minha terapeuta que, com sua humildade, pôde ouvir, em diversas oportunidades, as dores e alegrias vivenciadas durante o momento acadêmico.

A mim, por acreditar que sou capaz de superar desafios e vencer lutas, mesmo que muitas vezes seja necessário criar as próprias ferramentas.

Ao meu irmão, que é uma inspiração de profissional e pesquisador. Aos meus alunos, com carinho.

Aos meus pais, aos quais percebi que os afetos podem ser construídos diariamente.

Ao meu namorado, que apareceu antes do pôr do sol, a tempo de iluminar a minha existência.

Às amigas Carolinas, que se fizeram presentes mesmo nas ausências.

A todos que contribuíram de alguma maneira para a realização deste projeto.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.



## RESUMO

O presente trabalho de dissertação teve como objetivo identificar as representações sociais da infância nos processos migratórios, principalmente os forçados. À vista disso, recorreremos à Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1998), que dispõe de um olhar social, compartilhado por um grupo, para compreender a aquisição de novos conhecimentos. A pesquisa qualitativa foi realizada através do formulário no *Google Forms*, com 136 universitários de instituições de ensino superior da região Sul Fluminense do Rio de Janeiro. Para identificar as representações sociais da criança refugiada, recorreremos à tarefa de evocação livre e perguntas abertas. Os participantes da pesquisa foram, majoritariamente, do sexo feminino e da área de humanas. A maioria diz conhecer o objeto estudado, principalmente por meio das mídias. As análises realizadas, tanto a análise de conteúdo das perguntas abertas quanto as da evocação, identificaram as representações sociais que mostram um possível núcleo central relacionado à tristeza, sofrimento, medo, dor e um núcleo periférico relacionado à fome, esperança, guerra, desespero. Verificamos a existência de um estereótipo que relaciona elementos negativos à imagem da criança refugiada, muito relacionado às condições em que essas crianças são apresentadas pela mídia.

**Palavras-chave:** Representações Sociais. Infância. Migração.

## ABSTRACT

The present dissertation aimed to identify the social representations of childhood in migratory processes, especially forced ones. Therefore, we use the Moscovici Theory of Social Representations (1998), which has a social perspective, shared by a group, to understand the acquisition of new knowledge. The qualitative research was carried out through the form in Google Forms with 136 university of higher education institutions of the South Fluminense region of Rio de Janeiro. To identify the social representations of the refugee child we used free evocation and open questions tasks. The study participants were mostly female and of the humanities field. Most say they know the object studied mainly through the media. The analyses carried out, both the content analysis of the open questions and the evocation, identified the social representations that show a possible central core related to sadness, suffering, fear, pain and a peripheral nucleus related to hunger, hope, war, despair. We verified there is a stereotype that relates negative elements to the image of the refugee child very related to the conditions in which those children are presented by the media.

**Keywords:** Social Representations. Childhood. Migration.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Criança mexicana aguardando transporte após dias em detenção .....	29
Figura2: Criança no abrigo para venezuelanos da ACNUR em Boa Vista .....	33
Figura3: Mural australiano com comunidade aborígine .....	39
Figura 4: Mural no campo de refugiados palestinos de Balata .....	40
Figura 5: Grupo de Música Mawaca .....	41
Gráfico 1: Instituições .....	56
Gráfico 2: Cursos de Graduação .....	57
Gráfico 3: Gênero .....	57
Gráfico 4: Idade .....	58
Gráfico 5: Conhecimento sobre Refugiados .....	60
Gráfico 6: Imagem de criança nas mídias .....	61
Gráfico 7: Tipos de mídia .....	61
Tabela 1: Análise de conteúdo das respostas dos universitários sobre tipo de informação das mídias.....	62
Tabela 2: Análise de conteúdo das respostas dos universitários sobre a imagem da criança refugiada nas mídias .....	64
Tabela 3: Análise de conteúdo das respostas dos sentimentos e ações dos universitários diante a imagem de crianças refugiadas nas mídias .....	65
Figura 1 - Estrutura da Figura 1 análise prototípica acerca do termo indutor CRIANÇA REFUGIADA entre estudantes universitários (n=134) .....	67
Figura 2 - Estrutura da Figura 2 análise de similitude acerca do termo indutor CRIANÇA REFUGIADA entre estudantes universitários (n=134) .....	68

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. História social da criança e a dupla face da proteção integral .....</b>	<b>13</b>
1.1 Uma construção social da infância .....	13
1.2 A infância pobre no Brasil e a (des)proteção .....	15
<b>2. O processo migratório na infância e seus direitos fundamentais .....</b>	<b>24</b>
2.1 A migração no mundo e no Brasil .....	26
2.2 O papel da mídia na construção da imagem de crianças migrantes .....	37
<b>3. A Teoria das Representações Sociais e a Psicologia Social em uma reflexão aos estereótipos e preconceitos .....</b>	<b>43</b>
3.1 As Representações Sociais e o Núcleo Central em Psicologia Social .....	43
3.2 Contribuições para análise de estereótipos, preconceitos e discriminação social .....	48
<b>4. Material e Métodos .....</b>	<b>54</b>
4.1 Objetivos .....	54
4.1.1 Objetivo Geral .....	54
4.1.2 Objetivos Específicos .....	54
4.2 Metodologia .....	55
4.2.1 População e amostra .....	55
4.2.2 Instrumento e estratégias de coleta de dados .....	58
4.2.3 Aspectos éticos da pesquisa .....	59
<b>5. Resultados e Discussão .....</b>	<b>59</b>
5.1 Análise do questionário .....	60
5.1.1 Análise das perguntas fechadas .....	60
5.1.2 Análise das perguntas abertas .....	62
5.1.3 Análise da tarefa das evocações livres .....	67
5.1.3.1 Apresentação da Análise Prototípica .....	67
5.1.3.2 Apresentação dos dados da Análise de Similitude .....	68
5.1.4 Análise articulada das fontes de dados .....	69
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>82</b>

## INTRODUÇÃO

Crianças forçadas a deixarem seus países em casos de violência ou conflito político, por exemplo, podem estar sujeitas à situação de extrema vulnerabilidade social. Dessa forma, ser criança refugiada significa ter menos acesso à educação, saúde, moradia e mais riscos de sofrer algum tipo de abuso, exploração, tráfico ou negligência (ACNUR,2018).

A presente pesquisa tem como objetivo analisar representações sociais acerca das crianças em situação de refúgio e/ou migrações forçadas e possíveis manifestações de discriminação ou acolhimento por parte da sociedade brasileira, analisando mais especificamente as perspectivas de estudantes universitários de instituições de ensino superior da região Sul Fluminense do Rio de Janeiro. Buscamos, ainda, identificar a estrutura das representações sociais acerca desse grupo minoritário e relacioná-las a aspectos do ambiente do grupo social analisado.

Pretendemos estudar as relações sociais entre os universitários, identificando se há diferenças entre as percepções das imagens coletivas do adulto e da criança no processo migratório. Assim, será possível perceber se existem estereótipos e preconceitos no grupo social, que podem implicar em violações de direitos, ou se favorece uma maior adaptação da criança no território. Por fim, buscaremos compreender, a partir das representações sociais acerca da criança migrante levantadas, se podemos inferir que o processo migratório infantil no território nacional sofreriam algum tipo de simpatia ou exclusão social.

Diante do exposto, mostra-se a relevância do tema abordado, compreendido na conjuntura de uma atual crise política, econômica e social instaurada no mundo e com reflexos no Brasil atual, principalmente no que tange à restrição no acesso de pessoas refugiadas aos seus direitos e uma possível (des)proteção da infância, associada ao apelo enquanto ser inocente e merecedor de acolhimento.

Desse modo, justifica-se esta pesquisa devido à necessidade de identificar as representações sociais sobre este segmento (a infância em migração) pela sociedade brasileira, para que, de forma secundária, mas não menos importante, percebermos o conteúdo socialmente compartilhado e os elementos cognitivos formados de estereótipos e preconceitos, que podem culminar em relações discriminatórias em migrações no território brasileiro.

Destarte, torna-se essencial abranger esse fenômeno por meio da visão da psicologia social, a partir da análise da convivência dos grupos sociais e da construção de suas identidades no cotidiano por meio dos estereótipos. Também discutimos se a criança se adapta aos novos

territórios, costumes e linguagens mais facilmente, se comparada ao adulto, e se o apelo de pureza e sacralidade associado à infância pode facilitar o acesso aos direitos dos refugiados.

Assim, pretendeu-se contribuir para a diminuição das pseudorrepresentações sociais, ou seja, das falsas representações com objetos sociais evidentes e não suposições questionando a população estudada sobre o possível conhecimento do objeto. A partir desse material, buscamos, também, acessar possíveis conteúdos latentes de preconceitos e estereótipos na zona muda, comum em representações. Para tal, foram utilizados os termos crianças refugiadas na evocação, por não ser aceitável socialmente um posicionamento fora do caráter normativo.

Nesse sentido, no primeiro capítulo deste trabalho, *História da construção social da criança no Brasil e a dupla face da proteção*, intentou-se problematizar historicamente a construção social do surgimento e do desaparecimento da infância, trazidos, respectivamente, por Àries (1981) e Postman (1999), e a produção de estereótipos por meio das políticas de assistência do Estado pensadas em território brasileiro, de acordo com as contribuições de Del Priore (1999). Portanto, pretendeu-se refletir se a negação histórica e social da criança pode vulnerabilizar e/ou docilizar esses corpos ou sugerir a violação de direitos ou a acomodação no território. Para trazer à luz a regulação e a objetificação violenta do corpo, historicamente negado na sociedade racional, recoremos também à noção de biopolítica de Foucault (2014).

No segundo capítulo, *O processo migratório na infância e seus direitos fundamentais* mostra-se a migração no mundo e no Brasil, bem como o papel da mídia na construção da imagem de crianças migrantes como principal forma de obter conhecimento sobre este grupo. No terceiro capítulo, intitulado: *A Teoria das Representações Sociais e a Psicologia Social em reflexão aos estereótipos e preconceitos*, propõe-se como referencial a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1989), bem como a abordagem estrutural defendida por Abric (2000), na qual conceitos como núcleo central e núcleo periférico se fazem presentes. A partir disso, a discussão foi relacionada a noções conceituais como preconceitos, estereótipos e discriminação. Foram articuladas, ainda, referências como a de Memória Social, de Halbwachs (1950), e as contribuições teóricas acerca da identidade social e da ideologia.

A seguir, apresentamos a metodologia utilizada, os participantes e as fontes, bem como as representações sociais identificadas, respondendo aos objetivos propostos. Por último, elaboramos considerações finais a partir das inferências realizadas.

# 1. HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E A DUPLA FACE DA PROTEÇÃO INTEGRAL

## 1.1 UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA<sup>1</sup>

Segundo Àries (1981), a descoberta da infância se deu por volta do século XII. Nessa época, as crianças não eram reconhecidas como sujeitos de direitos, sendo vistas como adultos em miniatura, e vivenciando a desvalorização de especificidades inerentes às suas necessidades. As brincadeiras, por exemplo, não eram exclusivas da infância. Práticas como briga de galo, jogo com bola, carnaval, orquestra, dança, jogos de azar, esporte e rezas eram a diversão de diferentes grupos etários que coabitavam o mesmo espaço. Além disso, comumente, a imagem das crianças, na primeira infância, era associada a de um anjo, ou seja, ao corpo assexuado. O alto índice de mortalidade infantil da época pode ter tido como uma das causas a falta de investimento afetivo, atrelada à dificuldade de acesso às condições de higiene e saúde.

É nesse hiato histórico, entre anjo e pequeno adulto, que a infância foi construída socialmente. A valoração dessa fase do desenvolvimento iniciou-se tempos depois por meio da pintura e, mais tarde, da fotografia das famílias burguesas, colaborando para o estreitamento dos laços afetivos –mesmo que, a priori, essa proximidade se restringisse ao momento em que as famílias eram retratadas (ÀRIES,1981)

Na Idade Moderna, entre os séculos XV ao XVIII, período em que a pobreza se tornou mais onerosa para o Estado, devido ao aumento populacional e à concentração da riqueza entre poucos, intensificou-se a preocupação com a infância abandonada. Contudo, delegou-se ao assistencialismo caritativo, principalmente às Santas Casas de Misericórdia, a prestação de serviços. Vale enfatizar a alta taxa de mortalidade infantil, negra na maioria dos casos, uma herança racista da sociedade escravocrata que era vista como “perturbadora da ordem”. (DEL PRIORI,1991: 23)

Do século XVI ao XIX, época do Brasil Colônia, a infância branca e burguesa foi vista como um objeto sexual, sendo recorrente o abuso por parte de padres e professores, que violentavam principalmente os meninos. Tal crime era chamado de sodomia. Quando havia julgamento do ato, o suposto abusador era solto por falta de provas, mesmo que houvesse

---

<sup>1</sup> Ao longo deste projeto, o termo infância se referirá às crianças até os 18 anos de idade incompletos, conforme previsto na Convenção Nacional dos Direitos da Criança, pois entende-se que este recorte amplia o grupo social, permitindo o estudo de fenômenos diversos. Nesse sentido, não optamos pela definição de criança e adolescente a partir da divisão por faixa etária estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), que acabaria por restringir a análise.

elementos consistentes, como ferida anal, testemunho de cuidadoras, bilhetes encontrados em meio ao material de estudo da criança e os relatos das próprias vítimas, que não eram considerados suficientes para garantir a punição. Apenas no século XIX, o Estado assumiu o zelo pela inocência da criança e as violações dos direitos passaram a ser investigadas pelas Delegacias de Polícia e não mais pela igreja. Após essa intervenção, percebeu-se uma diminuição dos casos de pederastia, o que pode ser explicado por fatores como a subnotificação dos crimes ou, por outro lado, o receio de medidas punitivas mais rigorosas, como o impedimento do exercício profissional (DEL PRIORE, 1991).

Para Postman (1999), no século XVI, o surgimento da imprensa e a criação da escola tornou possível o desenvolvimento da leitura e da escrita, podendo organizar o pensamento e a linguagem da criança. A expressão da fala por esses meios, por vezes negada na vida cotidiana, proporcionou uma maior compreensão das necessidades da criança na família e em demais espaços sociais.

A infância configura uma invenção da modernidade e foi desenvolvida de modo heterogêneo, de acordo com a cultura de cada civilização. Na época de Aristóteles, por exemplo, não havia entre os gregos restrições morais ou legais à prática do infanticídio. Com os romanos, por sua vez, estabeleceu-se o conceito de “vergonha” enquanto valor moral, o que permitiu uma separação entre crianças e adultos, garantindo a elas alguma proteção. Até então, as crianças participavam dos mesmos espaços que os adultos, não havendo diferenciação de faixa etária, o que podia culminar na prática de diversas violências, inclusive sexuais (POSTMAN, 1999).

Do ponto de vista da circulação de informações, a partir do século XVII, com o advento dos meios de comunicação—como telégrafo, máquina fotográfica, telefone, rádio, televisão e computador—o acesso a diversas fontes flexibilizou os conteúdos que as crianças consumiam. Apesar de algumas programações serem voltadas para faixas etárias específicas, o limiar que separava o saber de crianças e adultos torna-se tênue. A escola deixa de ser o local exclusivo de formação e informação dos mais jovens. Novamente, se percebe crianças e adultos compartilhando os mesmos espaços e consumindo os mesmos conteúdos, como, por exemplo, cenas de violência. Desse modo, a “vergonha” passa a não mais se apresentar como um valor moral protetivo para a infância (POSTMAN, 1999).

Atualmente, uma imagem de criança que aparece frequentemente na mídia está associada à proposta de redução da maioridade penal. O estereótipo da criança pobre, ociosa e perigosa vem ganhando espaço na imprensa e fomenta a ideia de que as prisões de crianças pobres, envolvidas em atos infracionais, deveriam se tornar mais precoces como forma de prevenção de risco para a sociedade. A exemplo disso, é comum perceber discursos como



“sementes do mal”, mostrando um pensamento social. Então, não se permite que esta semente frutifique, o que justifica a adultização da infância pobre pelo desvio criado para legitimar o encarceramento e o infanticídio, corroborando com outro discurso que diz “bandido bom é bandido morto” (COIMBRA & NASCIMENTO, 2008).

Esta discussão acerca da redução da maioria penal mostra como pensar o ato infracional resgata um modelo disciplinar de doutrinação (Foucault, 1988), sendo a contenção ambiental, muitas vezes, alegada pelos órgãos competentes uma forma de proteção e cuidado à infância. Dessa maneira, permanece a prática de um lugar de silenciamento da infância. Embora se leve em conta as necessidades desse segmento – visando, a priori, seus interesses –, não lhe é dada voz para expressar suas vontades, como de direito. Soma-se a isso o fato de que, quanto maior o tempo de institucionalização, menor será a convivência familiar e comunitária, ou seja, mais direitos serão violados (RIZZINI, 2004).

Outra despersonalização da infância está presente na erotização, revelada pela forma de se vestir e pela linguagem usada nos tempos atuais, descaracterizando o universo das brincadeiras e do desenvolvimento próprio da idade. Com esta adultização da infância, e não havendo um demarcador efetivo entre as faixas etárias, recai novamente sobre as crianças a imagem coletiva de adultos em miniatura, semelhante ao que ocorria no século XV. E esses modos de convivência em meio aos adultos podem deixar meninos e meninas mais expostos e vulneráveis a diversas formas de violências (POSTMAN, 1999).

## **1.2 A INFÂNCIA POBRE NO BRASIL E A (DES)PROTEÇÃO**

No século XIX, período de escravidão no Brasil, a “criança escrava é representada ora de maneira avantajada, e então é o anjinho barroco de cor preta, ora de maneira menos romântica, e então é o menino nu, um peso a carregar, uma boca a alimentar” (DEL PRIORE, 1991, p. 78). Então, ela recebe alguma proteção dos adultos de sua origem e abandono da legislação, pois mesmo após a Lei do Ventre Livre, a criança escravizada não era efetivamente livre, pois, em um dado momento, precisava vender sua força de trabalho para pagar sua alimentação e acomodação. Vale registrar que se entendia a infância até os sete ou oito anos de idade, após esta fase a criança estaria apta ao trabalho e se esperava um desempenho semelhante a do adulto, porém enquanto um ser em desenvolvimento estava despreparada e incapacitada para a vida laborativa a desamparando o que se verificou nos altos índices de mortalidade da época. O convívio familiar dessas crianças era fragilizado, pois, sendo filhos ilegítimos, não

conheciam os pais e nem sempre podiam ter o cuidado das mães, que precisavam se submeter a rotinas exaustivas de trabalho (DEL PRIORE, 1991).

Na sociedade escravocrata, a criança preta pode ter sido a primeira migração forçada e vista como uma ameaça no território brasileiro. Em 1815-1817 as meninas trazidas da África correspondiam em 40% dos escravos. No ano de 1826, 169 meninos e 104 meninas eram trazidas pelo navio de Moçambique ao Rio de Janeiro o que nos chama atenção a quantidade de crianças traficadas da África nesse período de escravidão no Brasil, uma vez que essa faixa etária não seria apta ao trabalho, mas talvez por serem de baixo custo não havia a preocupação com as condições de trabalho e sobrevivência. De 1811 à 1850, houve um aumento de tráfico de crianças africanas, principalmente nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, totalizando mais de meio milhão de crianças desembarcadas no Brasil (VILLA & FLORENTINO, 2016).

A expressão “escravos novos” compreendia os escravos de 12 à 18 anos de idade, enquanto “moleques” designavam crianças de ambos os sexos com menos de 12 anos se entendia então por trabalhadores a longo prazo o investimento nessa faixa etária. Todavia, na última década do século XVIII, seja por pressão da Inglaterra e ocultação dos dados havia poucos registros de crianças escravas no Brasil (VILLA & FLORENTINO, 2016).

A cultura, cor, língua e costumes foram inferiorizados sofreram um branqueamento racial perdendo sua identidade para aceitação no grupo social. Este assujeitamento já mostrava a dominação branca, em que o estereótipo criado socialmente da criança pobre, preta e desigual pode ter sido um fundamento para o surgimento de preconceitos e acolhimento hostil (SOUZA, 1983).

A roda dos expostos, presente nos séculos XVIII e XIX, configurava como hospital e orfanato nas Santas Casas de Misericórdia, lideradas pelas irmãs de caridade. Nesses espaços, abrigavam-se crianças, sobretudo pardas, cujas famílias não dispunham de condições econômicas para garantir a sobrevivência. Além do abandono, o infanticídio e o aborto eram modos de lidar com a falta de assistência paterna, já que as mães escravizadas não tinham como sustentar os filhos sozinhas. Nestas instituições havia uma alta taxa de mortalidade devido às más condições de higienização, à aglomeração das crianças, à falta de tratamento médico e à dificuldade no acesso à alimentação. A nutrição infantil era feita por amas de leite que não conheciam assepsia na maioria dos casos eram escravas que cuidavam de outras crianças enquanto seus filhos eram abandonados ou cuidados pela comunidade de escravas.

Posteriormente, as crianças enjeitadas eram utilizadas como mão-de-obra barata e com péssimas condições laborais, primeiramente na agricultura e mais tarde nas fábricas, práticas

que configuravam trabalho infantil. Dessa forma, os governantes afastavam os abandonados do ócio, do vício e da vida perigosa e, ao mesmo tempo, denotavam um caráter caritativo ao profissionalizar esse segmento para servir aos interesses do capital (DEL PRIORE, 1991).

A respeito da profissionalização das crianças, que ocorria por volta dos 10 anos de idade, a inexperiência e a fragilidade resultavam em acidentes de trabalho recorrentes, principalmente na indústria têxtil. Somente em 1917, foi estabelecida, no estado de São Paulo a Lei 1596, que impedia as crianças de terem as mesmas responsabilidades de um adulto, como operar máquinas perigosas e trabalhar em condições insalubres e com jornadas exaustivas. Contudo, não havia fiscalização para garantir esses direitos nem punição para as fábricas que os descumpriam (DEL PRIORE, 1991).

No Brasil República (1889-1930), os filantropos orfanatos religiosos, que destinavam-se ao cuidado das crianças periféricas—provenientes de famílias numerosas e sem acesso efetivo à cultura, educação, saúde, alimentação e moradia—, passam a coexistir com as ações do Estado, que inicia o atendimento social por meio das políticas públicas e legislações com o intuito de prevenir e reduzir a criminalidade a partir da vigilância da pobreza. Todavia, a tutela do Estado prevaleceu como política de internação e não impediu a alta taxa de mortalidade infantil, devido à violência institucional e à falta de investimentos afetivo, entre os profissionais, e educacional das crianças (DEL PRIORE, 1991).

Entre o Estado Novo e a Ditadura (1930-1945), surgiu o primeiro Código de Menores de 1927, que seria reformulado no ano de 1979, período no qual a criança marginalizada era vista como parte da sociedade desviada. Esses indivíduos estariam em *situação irregular* (COIMBRA & NASCIMENTO, 2008), já que suas famílias não tinham condições de garantir seu pleno desenvolvimento físico, psicológico e social, nem sequer sua sobrevivência. Portanto, a responsabilização pelo abandono material e moral das crianças era destinada às famílias que não estabeleciam a disciplina. Nesse período, devido ao movimento migratório da população do campo para as cidades, visando à inserção no mercado de trabalho industrializado, muitas famílias não tiveram acesso aos empregos, tanto pela falta de qualificação profissional quanto de vagas para incorporar toda a mão-de-obra disponível. Coube às mulheres buscar outros trabalhos, como, por exemplo, o labor doméstico, o que as deixava sem alternativa, a não ser deixar seus filhos nas ruas. Essas crianças apresentavam diversas vulnerabilidades sociais (como carência de alimentação, saúde e afeto) e ficavam expostas a situações de risco, sofrendo e/ou cometendo atos violentos (DEL PRIORI, 1991).

Diante da impossibilidade das famílias cumprirem o pátrio poder, o Estado se isentava da responsabilidade de implementar políticas públicas de proteção à infância, delegando-a à

polícia – que, por sua vez, passou a tutelar os pobres em grandes instituições a fim de educá-los, com métodos de correção, para que os “delinquentes” não oferecessem riscos à sociedade. Vale mencionar que o termo “menor” se referia, a princípio, à menoridade, mas passou a denotar uma conotação de desvalorização e ausência de dignidade (COIMBRA & NASCIMENTO, 2008).

As instituições de atenção à infância pobre, tais como as casas de correção para crianças infratoras e os orfanatos para as abandonadas, atuavam por meio de políticas de punição, estigmatização e disciplina. De forma análoga ao que ocorria nas escolas e nas fábricas, buscava-se doutrinar os corpos infantis, tornando esses indivíduos úteis para a sociedade. Portanto, ao longo da história brasileira, a crianças, seja enquanto vítimas ou algozes, foram vistas como indivíduos sem liberdade e dignidade e que necessitavam da intervenção do Estado e de seus mecanismos de controle da pobreza (DEL PRIORE, 1991).

Segundo Goffman (1961), a teoria do desvio primário se refere à quebra não intencional das convenções sociais, ocasionada por contingências próprias da vida. São fatos capazes de colocar o indivíduo ou seus parentes fora do padrão de organização da família nuclear, em torno do qual se estruturam a legislação e os serviços públicos. São exemplos desse tipo de desvio a orfandade, a viuvez, a velhice, a doença, a loucura e a incapacidade. O desvio secundário é aquele em que há intencionalidade na violação das leis escritas, como, por exemplo, contravenções penais, delitos, infrações e crimes.

O autor supracitado compreende os abrigos, orfanatos, conventos e prisões como instituições que agem suprimindo a individualidade em favor da coletivização. Esses espaços seriam, portanto, destinados aos atendimentos emergenciais e temporários, tendo a missão de amparar e proteger ou de punir e reabilitar para o convívio social. As finalidades de ambas as instituições são irremediavelmente comprometidas, quando estas reproduzem os mesmos desvios que deveriam combater ou solucionar. É o caso de abrigos que prolongam a permanência da criança desnecessariamente e institutos correcionais que, em detrimento de unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, transformam adolescentes em indivíduos perigosos e temidos (GOFFMAN, 1961).

Outro fator identificado como violação de direitos é a baixa relação funcionário/acolhido, que impede os atendimentos individualizados e despersonaliza as crianças, tanto no acolhimento institucional quanto na medida socioeducativa. Nesse sentido, determina-se aos pobres o encarceramento: na tenra infância, os acolhimentos institucionais; na adolescência, as unidades de medidas socioeducativas e na fase adulta, os presídios. Ainda

percebemos crianças desacompanhadas pelas ruas numa grande prisão a céu aberto, em que são vigiadas pelo olhar estigmatizador do Sistema de Garantia de Direitos.

Em relação às crianças em processo de migração, confinadas em campos de refugiados que existem à revelia das políticas públicas e de direitos humanos do território que ocupam, sendo, na maioria das vezes, apoiados apenas por organismos internacionais, vivenciam escassez de recursos básicos como: alimentação, saúde, local digno para dormir, além de exposição as mais diversas violências por não haver um lugar específico destinado a infância.

A identidade de uma pessoa pode ser melhor explicada pela forma como ela se vê a partir do olhar do outro: ela se constrói num jogo intersubjetivo e interativo de relações e de interiorização. Essa representação social do eu acaba por constituir-se pela inter-relação dos vários componentes resultantes da personalidade, do autoconhecimento, da autoestima e da capacidade de autorrealização. O que o outro vê na pessoa é a expressão da sua subjetividade e acaba por conformar o que ela pensa e como age, independentemente da consciência que tenha disso. Os danos causados pela institucionalização à subjetividade, à identidade e à autoimagem, por si só, são capazes de colocar o indivíduo em posição de inferioridade social, por causa das dificuldades que terá na condução de relações sociais e humanas. Um dos biotipos mais frequentes e resultantes dos processos de internação é o de um indivíduo apático, inibido, dependente e de poucas iniciativas (RIZZINI, 2004, p. 51).

Segundo Rizzini (2004), na década de 1980, as instituições passaram a ser questionadas, já que, até então, a política de exclusão social não proporcionava um lugar de fala para as crianças. Neste momento histórico pós-ditadura militar, os movimentos sociais reivindicavam maior participação popular e garantia de direitos. As práticas institucionais também foram alvos de críticas de profissionais e pesquisadores, que apontavam os prejuízos ao desenvolvimento psicológico das crianças institucionalizadas, o alto custo de manutenção das instituições e as denúncias de opressão nesses espaços, expressas por crianças e adolescentes por meio de depoimentos ou rebeliões.

A justiça moderna ergueu-se a partir de ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade, garantidos pelo artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 2016). A criança é oficialmente declarada sujeito de direitos, incluindo garantias trabalhistas e previdenciárias na modalidade aprendiz. Entretanto, basta um olhar sensível para constatar que à grande parte dessa população tem sido negado ou dificultado o acesso às políticas públicas. Em 1990, a partir da vigência do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), através da Lei 8.069, instituiu-se a proteção integral à criança, prevendo-se na legislação o direito à vida, saúde, alimentação, profissionalização, cultura, liberdade, educação, esporte, lazer e

convivência familiar e comunitária. Embora o ECA estabeleça a proteção contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, prevalecem na sociedade brasileira a opressão e a marginalização da infância pobre, principalmente nos territórios de periferia onde a exclusão social marca a dificuldade de acesso aos direitos (CONANDA, 2011).

As políticas anteriores justificavam ou facilitavam a institucionalização de crianças tendo como motivo exclusivamente a situação de pobreza. Porém, a partir do ECA, a carência de recursos materiais deixa de ser uma justificativa oficial para o acolhimento das crianças. Segundo o artigo 23, “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (CONANDA, 2011, p. 27).

Entretanto, um outro enunciado assume o lugar para criminalizar e aprisionar a pobreza: a negligência. Dessa forma, sustentado pelo discurso de incapacidade moral e material de cuidado das famílias pobres, o controle sobre as crianças se mantém, a fim de garantir a proteção integral (NASCIMENTO, 2012). Denuncia-se um novo saber que não anula um antigo fazer.

Reforça-se a estigmatização dos abandonados moralmente, dos “órfãos de pais vivos” (DEL PRIORE, 1991, p. 80), que atravessam o sistema de proteção. As intervenções jurídicas e sociais, praticadas por equipamentos como Conselho Tutelar, e o acolhimento institucional podem atuar no viés de punição daqueles que não seguem as normas de conduta impostas socialmente, fomentando a condenação dos sujeitos a situações de vulnerabilidade e risco, como a ociosidade e a violência. Como exemplo desta prática de judicialização da vida, tem-se os acolhimentos institucionais arbitrários e precipitados que violam o direito à liberdade e à autonomia (NASCIMENTO, 2012).

O risco está presente nas mais diversas formas de agrupamentos sociais não inseridos em uma instituição, seja a família, a escola ou a fábrica. Dessa forma, o aprisionamento se dá pelo controle nos espaços públicos (NASCIMENTO, 2012 apud SCHEINVAR, 2007). Nessa perspectiva, a criança pobre é desviada e precisa ser capturada, a fim de ser docilizada e preparada para o mercado de trabalho. A vigilância sobre a infância e os padrões de cuidado justificam-se a partir da tentativa de garantir o desenvolvimento mínimo e sem maus tratos, abandono, abusos sexuais ou negligência (NASCIMENTO, 2012).

O discurso da proteção, tutelada pelo Estado e baseada em uma perspectiva normatizada pelo padrão das classes mais abastadas, acaba por marginalizar os indivíduos mais pobres como fora da norma. Assim, encapsula os sujeitos, determina suas ações e impede o desenvolvimento de suas potências. Há culpabilização e desqualificação das famílias pelo fato de pertencerem a esse lugar, de maneira que a criminalização da pobreza torna-se uma estratégia de punição como forma de prevenção de riscos (NASCIMENTO, 2012).

Ao analisar essa produção de subjetividades a partir do direcionamento do social, é possível constatar que inserir a criança no lugar da vítima é uma forma de justificar intervenções sociais e jurídicas por meio de políticas públicas. Um posicionamento político, por sua vez, fomenta as potencialidades do grupo social, que passa a ser visto como construtor das próprias verdades, capaz de lidar de modo criativo com as questões que lhe atravessam (NASCIMENTO, 2012).

Por conseguinte, esse modo de se pensar a infância como um dado universal, inocente, natural, imutável e vitimizante é fruto de um modelo técnico e cientificista que modela o pensamento e constitui maneiras de conceber essa fase da vida sob uma perspectiva moderna. Essa perspectiva tende à permanência das coisas, como esta visão de vitimização da infância que pode reduzi-la puramente à matéria. As dimensões históricas, sociais, políticas, culturais e religiosas procuraram doutrinar o corpo enquanto uma identidade cristalizada. Por isso, intentaremos para uma reflexão acerca desse modo racional sobre o corpo da criança, que pode determinar uma prática de alienação social e legitimar as mais diversas violências. Para além da causalidade do materialismo científico, acha-se um elo de compreensão do fenômeno calcado na compreensão humanizada e não na objetificação da infância (ALMEIDA. *et al.*, 2012).

Nesse sentido, vale destacar o relato de Pinheiro (2009, p. 345):

percorrendo a nossa história social, identifiquei quatro representações sociais mais recorrente sobre a criança e o adolescente: objeto de proteção social; objeto de controle e disciplinamento; objeto de repressão social; e sujeito de direitos. Cada uma delas emerge em um cenário sócio-histórico específico, respectivamente: Brasil-Colônia; início do Brasil República; meados do século XX; e décadas de 70 e 80 do mesmo século. À medida que vão emergindo e se consolidando, verifica-se a coexistência de duas ou mais delas, marcada pelo embate simbólico.

Ao analisar as representações sociais das crianças ao longo da história, Pinheiro (2009) percebeu o quanto os valores econômicos e políticos atravessavam um modo específico de constituir a infância, por vezes negando seus corpos e reduzindo-os a objetos de manobra, o que se reflete em práticas de opressão e punição.

Atualmente, a política pública de atenção à infância divide espaço com o terceiro setor, como as organizações não governamentais (ONG), não abarcando toda a demanda do Estado, que segue isentando-se dessa prioridade (DEL PRIORE, 1991). Ao mesmo tempo, há um

esforço para que a municipalização das políticas, de modo articulado, aproxime família, sociedade e Estado das reais necessidades da infância (RIZZINI, 2004).

Novamente, se retoma o saber dos especialistas como médicos, assistentes sociais, pedagogos e psicólogos. Ainda existe a real expectativa que esses profissionais atuem em prol de “ajustar” a “disfuncionalidade” das famílias pobres e educar as crianças, a fim de que não reproduzam o comportamento vicioso e criminoso. Foucault (1988) traz à luz os modelos de pensar e fazer, socialmente reproduzidos (muitas vezes sem questionamentos). Segundo o autor, o exame é um modo de produção de verdade e uma forma de manifestação do poder que captura essa objetivação do fazer. Então, os saberes científicos e religiosos intervêm para curar e corrigir, controlando os comportamentos com o intuito de prevenir situações desviantes e de adequação a uma classe social.

Para Foucault (1988), o poder está presente nas relações como um jogo de forças, normalizando formas de pensar e fazer. Por meio das ideias de dominação construídas na sociedade, podemos produzir discursos sutis vindo a criar estereótipos, por exemplo, crianças refugiadas desamparadas. A produção de uma verdade, como a proteção integral sobre a vida das crianças em processo migratório, por vezes, negligencia a liberdade, gerando processos de subjetivação e podendo culminar em preconceito e discriminação. Para Rizzini (2004), o deslocamento e migração da população pode levar a uma situação de institucionalização das crianças em condições adversas, como forma de proteção de violências, por exemplo, em situações de guerra e vulnerabilidade social.

Diversos instrumentos legais de proteção em migração infantil surgiram, representando importantes conquistas, tais como: Declaração de Genebra (1924); Declaração dos Direitos Humanos (1948); Convenção de 1951; Declaração dos Direitos da Criança (1959); Declaração de Cartagena (1984); Convenção dos Direitos da Criança (1989); Declaração e Plano de Ação de Estocolmo (1996) e Lei 9.474/97 (GRAJZER, 2018). No entanto, estes aparatos não foram suficientes. Nota-se que, historicamente, a infância no Brasil foi marcada por abusos, explorações, negligências e violências por parte do Estado e da sociedade como um todo. Processos alienantes de perpetuação das desigualdades sociais reforçam a ideia de que questões individuais devem ser tratadas como um problema de segurança pública. Dessa forma, a criminalização da pobreza justifica o desvio e a manutenção opressora da ordem (DEL PRIORI, 1991).

Historicamente, o poder público dispensou à criança pobre espaços de distanciamento de suas necessidades e direitos. Sendo assim, o enunciado acerca da infância foi mudando de sentido ao longo do tempo. Inicialmente construiu-se a percepção de que esses indivíduos se



tratavam de “pequenos adultos” e posteriormente criou-se uma noção classista através da qual as crianças ricas precisam de proteção e as pobres de tutela.

Nos dias de hoje, a atenção dispensada à infância por parte da família, escola e Estado pode estar ainda atrelada à imagem de pureza e inocência e portanto incapaz de criar sua própria realidade. Todavia, a criança enquanto sujeito de direitos e desejos precisa ser investida de cuidado valorizando sua autonomia e não como um depósito de esperança na construção de um país mais igualitário.

## 2. O PROCESSO MIGRATÓRIO NA INFÂNCIA E SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS

*Ôôôôôô é boi! é bus!*

*Onde será que isso começa  
A correnteza sem paragem  
O viajar de uma viagem  
A outra viagem que não cessa*

*Cheguei ao nome da cidade  
Não à cidade mesma, espessa  
Rio que não é rio: imagens  
Essa cidade me atravessa*

*Ôôôôôô é boi! é bus!*

*Será que tudo me interessa?  
Cada coisa é demais e tantas  
Quais eram minhas esperanças?  
O que é ameaça e o que é promessa?*

*Ruas voando sobre ruas  
Letras demais, tudo mentindo  
O Redentor, que horror! Que lindo!  
Meninos maus, mulheres nuas*

*Ôôôôôô é boi! é bus!*

*A gente chega sem chegar  
Não há meada, é só o fio  
Será que pra meu próprio rio  
Este rio é mais mar que o mar?*

*Ôôôôôô é boi! é bus!  
Sertão, sertão! é mar!*

(Caetano Veloso)

A negação da criança enquanto sujeito social pode se dar em diferentes civilizações e também nos fenômenos migratórios. Os movimentos migratórios, sejam entre países ou regiões, podem ocorrer de modo sazonal ou permanente. O termo *migrante* é associado à categoria de ordem econômica, enquanto *refugiados* refere-se às pessoas que foram forçadas a saírem de

seus territórios por questões externas, como, por exemplo, violações de direitos. Tal qual os migrantes forçados, os voluntários também podem sofrer discriminação por sua condição, porém, se diferenciam em relação à proteção que recebem do país e à garantia de seus direitos. Estes últimos, por não sofrerem perseguição, não são contemplados pela legislação internacional e, conseqüentemente, não podem solicitar refúgio (JUBILUT & APOLINÁRIO, 2010).

Importa registrar no que consiste a diferenciação entre migração e refúgio, pois toda pessoa refugiada está em processo de migração (se movimenta nos territórios), mas nem todo migrante é refugiado. Nesta distinção está incluído principalmente o aspecto socioeconômico e a vontade dos migrantes. A pessoa refugiada está em situação de migração forçada, quer dizer, contrária a sua vontade, por conta de conflitos armados no território de origem e/ou perseguições políticas, religiosas e raciais, necessitando, portanto, de apoio do Estado para garantir sua sobrevivência e a proteção dos seus direitos. Já o migrante busca por melhores condições de vida, de estudo e trabalho, muitas vezes deslocando-se para um território onde terá a oportunidade de investir economicamente ou se aperfeiçoar intelectualmente. A diferenciação dos movimentos pode revelar distintas representações sociais, criando estereótipos acerca dos grupos e, por conseguinte, discriminação e preconceito. Geralmente os migrantes contribuem no território, fornecendo mão de obra qualificada, enquanto os refugiados podem ser aqueles com atitudes ilícitas, que vieram fugidos ou que dependerão das políticas públicas para sua subsistência—que serão concedidas em detrimento dos nativos (JUBILUT & APOLINÁRIO, 2010).

Segundo Grajzer (2018 apud BHABHA, 2014), a migração infantil é pouco estudada e supõe-se que a criança estará bem amparada legalmente e por seus responsáveis. Porém, a realidade se mostra diferente. A exemplo das violações de direitos que podem ocorrer com as crianças em refúgio estão as mais diversas violências como: preconceito, xenofobia, trabalho infantil, abuso sexual, casamento infantil, gravidez precoce e tráfico de pessoas. Soma-se a isso a dificuldade de acesso à saúde e à educação por falta de documentos e a possível ausência de pais ou responsáveis, que acarreta uma dupla vulnerabilidade. O modo rígido e descuidado com o qual o Estado se relaciona com a migração infantil pode impactar diretamente o acesso aos direitos. Não por acaso, as crianças refugiadas são cinco vezes mais propensas a estarem fora da escola (GRAJZER, 2018).

A construção sócio-histórica da infância elucida diferentes representações sociais no imaginário da sociedade. Uma dupla face se manifesta: sujeitos de direitos ou sujeitos para o trabalho, provocando uma infância que não é universal. Por isso, uma ideia sobre a imagem da

criança poderá gerar acolhimento ou discriminação, que, por sua vez, pode comprometer a garantia dos direitos. Crianças refugiadas, principalmente as que tem a Ásia e a África como continente de origem, morrem ou chegam ao território de destino machucadas e com medo (GRAJZER, 2018).

Geralmente, fatores como crise econômica e preconceito podem afetar diretamente a proteção de grupos sociais vulneráveis, como trabalhadores, mulheres, crianças, pessoas deslocadas internamente e refugiados. Portanto, situações políticas, sociais, financeiras e ambientais geram movimentações de pessoas que, muitas vezes, não contam com proteção internacional que garante direitos humanos (JUBILUT & APOLINÁRIO, 2010).

## **2.1 A MIGRAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL**

A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (ONU, 1951) afirma o princípio da Declaração Universal do Direitos Humanos de 1948 (BRASÍLIA, 1998), segundo a qual, os seres humanos devem gozar dos direitos e liberdades fundamentais. Para isso, em seu artigo 3º, preconiza que os Estados Contratantes apliquem as disposições sem discriminação de raça, religião ou país de origem. Nos artigos 13º, 17º, 22º, 23º e 24º da Convenção, confere-se à pessoa refugiada os direitos de moradia, trabalho, educação pública, assistência e previdência, respectivamente. Já de acordo com o artigo 6º da Lei 9.474/97, o refugiado tem direito a documentos de identidade e carteira de trabalho (BRASIL, 1997). O artigo 2º da mesma Lei proporciona direito à extensão de refúgio a cônjuges, filhos, pais e família que dependam economicamente da pessoa refugiada e se encontrem em território nacional. Segundo o artigo 21º, os filhos menores de 14 anos também terão direitos e serão mencionados no pedido de refúgio (BRASIL, 1997). Por fim, o artigo 38º preconiza o respeito do término da condição de refúgio quando a pessoa regressa ao país de origem, bem como a recuperação da proteção e da nacionalidade. Pode-se ainda adquirir nova nacionalidade ou estabelecer-se novamente, de maneira voluntária, no país de saída (BRASIL, 1997).

As crianças com menos de 18 anos de idade representam 52% da população refugiada no mundo. Estima-se que 173,8 mil delas estão desacompanhadas e separadas de seus responsáveis sobretudo as etíopes (43,3 mil). Todavia, a maioria das crianças refugiadas vem do Sudão do Sul por conta do conflito armado no país, que forçou 2,4 milhões de pessoas a buscarem refúgio, das quais dois terços são crianças. Tendo em vista a violação de direitos que atravessa a infância em refúgio, um número significativo de crianças tem dificuldade de acesso

à educação. Atualmente 4 milhões de crianças refugiadas estão fora da escola e apenas 1% consegue prosseguir até o ensino superior. Por isso, é fundamental que governos e agências colem dados para identificá-las, na tentativa de garantir seus direitos (ACNUR, 2018).

A maior parte dos refugiados é composta por mulheres e crianças, que muitas vezes fogem pelas fronteiras e chegam desnutridas aos centros de transferência. Em 2017 havia 68,5 milhões de pessoas em situação de deslocamento forçado (internos, refugiados e solicitante de refúgio), dentre as quais 14,2 milhões (53%) eram crianças. De acordo com o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2018, 70,8 milhões de pessoas saíram de seus países de modo forçado por diferentes motivos, principalmente partindo da Síria, do Afeganistão e do Sudão do Sul (ACNUR, 2018).

Segundo os artigos 19º e 20º da Convenção Americana, adotada pela OEA em 1969, e o Estatuto do Estrangeiros de 1980 as crianças eram vistas como menores e não poderiam receber visto caso estivessem desacompanhadas. Já os artigos 7º e 40º da Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, determinava o encaminhamento delas ao Conselho Tutelar. Lembra-se que as crianças sem documentação estão mais sujeitas a violações, como tráfico de pessoas, exploração sexual e trabalho infantil. No entanto, percebe-se um avanço na visibilidade da infância nos processos migratórios. Em 1994, o Brasil foi reconhecido pela ONU como nação acolhedora, o que propiciou ações para garantir os direitos dos migrantes. Atualmente o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) designa um guardião para as crianças desacompanhadas (GRAJZER, 2018).

A exemplo da relação entre os indocumentados e a violação de direitos, a maioria dos filhos de migrantes haitianos em situação irregular na República Dominicana, principalmente por carência de documentação, depende do Estado e tem dificuldade no acesso à nacionalidade dominicana. Estão, portanto, sujeitos ao processo de deportação, enfrentando uma situação de exclusão social por não serem nem dominicanos nem haitianos. Diante da situação de incertezas, ameaças e ausência de políticas de migração, que são restritivas, as famílias das crianças haitianas têm desenvolvido estratégias para a obtenção de documentos de identidade e nacionalidade para os filhos à margem das regras estabelecidas. Dessa forma, conseguem prover proteção, acesso à educação e integração social das crianças que nasceram ou não em território dominicano. Tais estratégias consistem na compra de documentos de crianças dominicanas falecidas ou de haitianos legalizados, de declaração de crianças haitianas acolhidas por famílias dominicanas ou por influência de autoridades locais. Um outro meio que as famílias de haitianos ilegais têm utilizado é oferecer seus filhos como afilhados para amigos dominicanos e vizinhos haitianos legalizados, tanto por amizade quanto por dinheiro para a

legalização. Entretanto, nesses casos, a documentação não contém os nomes dos pais biológicos e sim dos padrinhos (MÉRONÉ & CANTALAPIEDRA, 2020).

Para compreensão dessa situação no território é essencial saber a princípio que o Haiti e a República Dominicana ocupam uma mesma ilha, mas são dois países diferentes e que nem sempre comungam relações cordiais. O movimento migratório entre eles se recrudescceu a partir do conflito armado na área rural do Haiti. Nesse contexto, os Estados Unidos impulsionaram a migração forçada dos haitianos para o engenho de açúcar dominicano e pessoas despejadas de suas terras partiram em busca de melhores condições de trabalhos. Desse modo, diversos conflitos econômicos, políticos e sociais, bem como a fragilização da lei de imigração, fomentaram situações de xenofobia e racismo na sociedade dominicana, prejudicando a integração social. Um outro fator que pode ter interferido na interação social de crianças haitianas na sociedade dominicana foi a dificuldade de adaptação ao idioma, já que no Haiti fala-se francês. Por isso, no contraturno escolar, muitas famílias matriculam seus filhos em escolas com formação haitiana por acreditarem na superioridade desse currículo de ensino e para que possam trabalhar (MÉRONÉ & CANTALAPIEDRA, 2020).

Na Espanha, no mês de maio de 2021, um jovem nadou o mar mediterrâneo usando garrafas pet como salva vidas. O marroquino faz parte dos milhares de jovens desacompanhados que chegam a Europa e que são expulsos posteriormente. O desespero dos refugiados está por toda parte compreendendo crianças à idosos na tentativa de buscar melhores condições de vida. (Reuters, 2021). Outra situação recente que gerou comoção mundial foi o resgate de um bebê que segundo o guarda civil “já nem se mexia e estava gelado”, mas que conseguiu sobreviver. Todos os dias milhares de pessoas se deslocam de Melilla, Marrocos para Ceuta, Espanha, caracterizando uma grave crise diplomática entre os países. Aproximadamente dos 8 mil migrantes que cruzaram a fronteira em dois dias, mais de 4 mil são expulsos pela segurança nacional. (G1, 2021)

Já na fronteira do México com os Estados Unidos dezoito mil crianças se movimentam no território desacompanhada dos responsáveis mostrando que a crise migratória tem um rosto juvenil. A migração neste território se caracteriza com maior presença de crianças acompanhadas de adultos, pois são a chave para a entrada, sendo mais difícil serem deportados. No entanto, não foi sempre assim, no governo do presidente Donald Trump crianças eram colocadas em “jaulas” e separadas dos responsáveis. Atualmente, o maior risco que vem ocorrendo no centro provisório é a aglomeração, em que muitos testaram positivo para o coronavírus. Diante desses fatores, a ala mais conservadora do governo criticou o atual presidente Biden e sua “política de portas abertas” como uma ameaça à saúde pública e à

segurança nacional. Por fim, em meio ao caos xenofóbico que se percebe a nível mundial, um pequeno gesto de um desconhecido parece ter modificado o mundo de uma criança refugiada com um presente de uma asa de borboleta. (BEAUREGARD,2021)

Figura 1: Criança mexicana aguardando transporte após dias em detenção.



Fonte: El País (2021)

A manifestação do processo migratório infantil nas mídias já era recorrente. A partir de 2020, com a pandemia ocasionada pelo coronavírus, muitas notícias vem sendo vinculadas à imagens de crianças refugiadas desacompanhadas dos pais e aglomeradas em diversas situações de vulnerabilidade social e risco.

No mês de agosto deste presente ano, uma crise humanitária ressurgiu no Afeganistão após a organização do Talibã, movimento nacionalista islâmico, tomar a capital Cabul novamente após vinte anos de resistência civil e militar. Os conflitos armados e as perseguições vem afetando principalmente crianças e mulheres e cerca de 250 mil já se deslocaram de seu território de origem. Em profundo desespero, seja por terra ou pelo ar, milhares de afegãos morreram na tentativa de deslocamento. A ACNUR vem solicitando um cessar-fogo, pedindo aos países vizinhos que abram suas fronteiras e que as nações reconsiderem as deportações neste período oriundas da negação de pedidos de refúgios, além de recrutar kits de higiene, abrigo e alimentação para a população (ACNUR, 2021a).

Importa à migração infantil ganhar espaço público, apoiada pela legislação nacional e internacional e integrada aos contextos históricos, sociais e culturais, já que muitas vezes as opiniões dessas crianças sequer são consideradas. Nesse seguimento, a participação política

pode contribuir para que os sujeitos se tornem mais ativos na denúncia contra as violações de direitos (GRAJZER, 2018). Vale dizer que, apesar de não ser obrigatório os países receberem migrantes o não acolhimento em seu território é considerado violação dos direitos humanos, bem como não se deve exportar da nação uma pessoa contra sua vontade. Anteriormente, na ditadura, governos autoritários e nacionalistas não apoiavam os processos migratórios por falta de vontade política e discriminação da população não branca, dificultando a integração social (GRAJZER, 2018).

No Brasil, instituiu-se o CONARE, órgão que pertence ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para analisar as solicitações de refúgio e orientar a assistência e proteção desses indivíduos. Desse modo, a Lei 9.474/97 e a nova Lei de Migração de 2017 legitimam a condição de refúgio em território nacional, garantindo o acesso aos direitos fundamentais (BRASIL, 1997).

A nova Lei de Migração nº 13.445/17 revoga o Estatuto do Estrangeiro Lei 6.815 /80 que mantinha normas xenofóbicas e excludentes vendo o imigrante como uma ameaça ao território nacional contrariando direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, como a igualdade e dignidade da pessoa humana. A nova Lei pretende a descriminalização e a não discriminação dos povos migrantes visando combater o racismo presente na sociedade brasileira, o que pode ser um obstáculo no acolhimento desse grupo social. Além disso, visa garantir direitos como: social, laboral, educação, moradia, saúde, mesmo àqueles que estejam de modo irregular (DE JESUS & SANTOS, 2020).

Contudo, a legislação não garante por si só os direitos se a própria sociedade desqualifica o migrante podendo dificultar o acesso aos serviços públicos por preconceito racial. Vale lembrar do histórico brasileiro de exploração aos grupos minoritários como índios, negros, pobres, em que foi enraizado um pensamento coletivo discriminatório, a partir do modo exploratório da colonização e o uso escravocrata da mão de obra desses grupos. Para a luta no combate do preconceito é preciso uma desmitificação de uma visão estereotipada e negativada de grupos sociais por não apresentarem padrões normativos escolhidos como ideias na sociedade. Essa visão restritiva amplia a discriminação e impede que a sociedade brasileira perceba a cultura do povo migrante como possibilidades agregadoras de conhecimento popular. (DE JESUS & SANTOS, 2020)

No Brasil, a maior parte da migração forçada vem da América do Sul devido crises econômica e social, em busca de melhores condições de moradia e trabalho e fugindo de violências. Contudo, os empregos que os migrantes conseguem ao chegar no Brasil oferecem péssimas condições de trabalho, com jornadas exaustivas e baixa remuneração não sendo



amparados pela legislação trabalhista. Dessa forma, a lei por si só não é capaz de promover a interação social (DE JESUS & SANTOS, 2020).

O Estado de Roraima vem recebendo com hostilidade migrantes da Venezuela com alegação de sobrecarga na saúde e aumento no índice da criminalidade, por isso foi fechada a fronteira por tempo indeterminado. Ataques frequentes de brasileiros aos acampamentos venezuelanos, discursos de ódio nas redes sociais e a falta de apoio do atual governo brasileiro fizeram que milhares de migrantes deixassem o Brasil. A maioria desses migrantes estão sendo acolhidos pelas forças militares e não pela assistência social, infringindo a Nova Lei da Migração que prevê o acolhimento (documentos, acesso as políticas públicas e abrigos) pela via dos Direitos Humanos e não da segurança nacional. Com isso, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos fez uma série de recomendações ao governo brasileiro para resolução das infrações cometidas a Nova Lei de Migração garantido ao povo venezuelano acesso aos direitos, a fim que não reforce o histórico social brasileiro de discriminação aos grupos minoritários tornando-os corpos facilmente matáveis (DE JESUS & SANTOS, 2020).

Nesses tempos sombrios de pandemia, a Portaria nº 120/ 2020 estabeleceu a restrição temporária de entrada no país de pessoas oriundas da Venezuela, enquanto a Portaria nº 125/2020 estendeu as pessoas vindas de outros países fronteiriços com o Brasil. Contudo, o Brasil foi o único país a direcionar, até então, medidas restritivas apenas a Venezuela, o que destaca o caráter discriminatório da Portaria nº 120 parecendo caracterizar restrição do direito à mobilidade humana. Apesar das medidas terem sido determinadas pela ANVISA, o governo brasileiro poderia estabelecer medidas de prevenção e cuidado, como o uso de testes e a indicação da quarentena na chegada na fronteira, porém a primeira providência foi restrição às pessoas que solicitam proteção internacional (MISSÃO PAZ, 2020a).

É necessário também garantir o direito de reingresso aos migrantes que possuem residência no Brasil, que ao saírem para visitar seus parentes no território de origem seja garantido seu retorno, porém em regra os fiscais barram a entrada gerando aglomeração na fronteira (MISSÃO PAZ, 2020a).

As Portarias preveem ainda deportação, responsabilidade penal e inabilitação do pedido de refúgio caso não haja o cumprimento das medidas infringindo novamente a Lei de Migração 13.445/17, ficando a cargo do agente de fronteira a avaliação do ingresso. Todavia, “inabilitar” no período de pandemia, mostra uma ação arbitrária e indevida do governo brasileiro. Importa registrar que o ingresso irregular no território brasileiro não pode constituir impedimento para solicitação de refúgio, previsto na Lei 9.474/97 e na Convenção de Genebra de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados. Portanto, uma pessoa ao ser impedida de solicitar refúgio no Brasil

revela-se além de uma violação ao seu direito, bem como aos Direitos Internacionais (MISSÃO PAZ, 2020a).

Os atos discriminatórios contra o povo venezuelano não estão restritos as portarias regulamentadas pelo governo brasileiro, mas se ampliam em relação às práticas na sociedade como os atos de violência com a queima de barracas em acampamento para os refugiados e a insuficiência de políticas públicas, uma vez que muitas pessoas fizeram das calçadas sua casa por falta de moradia. Diante do aumento da migração forçada no Estado de Roraima e poucos recursos para o acolhimento muitos venezuelanos foram expulsos do território brasileiro para seu país de origem (MENDONÇA, 2018).

Entidades como a UNICEF e a ACNUR trabalham para garantir os direitos das crianças venezuelanas no território brasileiro. Segundo a UNICEF (2019), a atuação do governo tem sido acomodação e assistência aos venezuelanos em Roraima que possui onze abrigos, interiorização dos migrantes em outros estados, integração na sociedade e no mercado de trabalho, apoio aos que quiserem retornar ao país de origem. Com o apoio da Universidade Federal de Roraima em parcerias com ONGs e outras agências da ONU tem sido desenvolvidas ações nas áreas de saúde, nutrição, água, saneamento, higiene, proteção, comunicação para o desenvolvimento, educação. Totalizando os resultados dessas ações, 100 casos de violência contra criança foram encaminhados para os equipamentos de proteção da rede local, 1.487 crianças receberam suplemento nutricional e 3.210 foram alcançadas com educação em emergência. O acesso à educação é limitado, pois a maioria das crianças não possuem documentação pessoal e histórico escolar ficando restrito este direito, além das poucas vagas existentes. Enquanto adolescentes correm risco de recrutamento pelo tráfico de drogas. Já a ACNUR (2021c), ajudaram a construir um hospital de campanha na região norte do país com capacidade para atender 2000 pessoas, contribuíram com o aumento de leitos de UTI na região e no isolamento dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19.

Mais precisamente no norte e nordeste do Brasil, devido à proximidade geográfica com a Venezuela, migrantes forçados, vindos deste país por questões econômicas, sociais e políticas, tem se territorializado em busca de alimentação, emprego e moradia (condições mínimas de dignidade). Um desafio enfrentado pela sociedade brasileira perpassa a acolhida daqueles que possuem outro idioma, outros costumes e outra realidade cultural, o que acaba influenciando a integração social e pode gerar preconceito e discriminação. A ruptura territorial e cultural do migrante pode ocasionar a perda de sua identidade e a fragilização do pertencimento ao seu grupo de origem (ALBURQUEQUE, 2019).

A integração de crianças venezuelanas nas escolas propõe o reconhecimento de outros valores de vida, a fim de adaptá-las de modo criativo às diretrizes, garantindo o direito à educação. Na realidade, muitos profissionais que atuam no âmbito escolar como professores, assistentes sociais e psicólogos não falam espanhol, o que dificulta a comunicação, o desenvolvimento do aluno refugiado e a integração com as demais crianças. Para prevenir situações de xenofobia, a atuação do mediador intercultural nas escolas facilita o conhecimento da língua e dos costumes, promovendo a integração das crianças (ALBURQUEQUE, 2019).

Figura 2: Criança no abrigo para venezuelanos da ACNUR, em Boa Vista.



Fonte: El País (2018)

Na cidade de João Pessoa, a organização internacional Aldeias Infantis SOS auxilia crianças e suas famílias em vulnerabilidade social no atendimento de suas necessidades, promovendo ações que facilitam o desenvolvimento e à adaptação ao novo território, tais como: obtenção de documentos, como cadastro de pessoa física (CPF), cartão do SUS (Sistema Único de Saúde) e carteira de trabalho; matrícula escolar; resgate de histórico e tentativa de ingressar na universidade. Para facilitar a comunicação, aulas interativas de português são oferecidas em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). O espaço contém ainda casas e outros lugares de convivência, lazer, esporte e educação profissionalizante. Para organizar esses serviços, há regras de convivência, como horários definidos para refeições e para chegada à aldeia, bem como orientação financeira (ALBURQUEQUE, 2019).

No Brasil existem aproximadamente 11 mil refugiados reconhecidos e 161 mil em processo de reconhecimento, sendo Roraima o Estado com maior número de solicitações –

principalmente oriundas da Venezuela, devido à grave violação de direitos humanos a nível nacional (BRASÍLIA, 2019). A faixa etária desse segmento compreende pessoas de 30 à 59 anos, sendo o gênero masculino predominante (idem). De acordo com o levantamento do CONARE, o quantitativo de crianças acompanhadas dos responsáveis a solicitar refúgio não é expressivo no Brasil, o que vai na contramão do padrão mundial. No entanto, independentemente desse dado, importa-nos para esta pesquisa levantar as representações que a sociedade brasileira constrói acerca do movimento migratório de crianças. O que se pensa sobre isso?

Dos aproximadamente 13 mil processos decididos em 2018, 777 foram reconhecidos e 309 tiveram extensão dos efeitos do refugiado. Além disso, 10 foram cessados, 14 tiveram perda, 888 foram indeferidos, 4 tiveram a extensão dos efeitos da condição de refugiado indeferidas e 4,9 foram indeferidos pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), instância de articulação da Política Migratória Brasileira, em especial da Política de Migração Laboral, por meio de diálogo com a sociedade brasileira. Geralmente o indeferimento do pedido ocorre devido ao não cumprimento de algumas regras, como sair do país durante o trâmite, desistência do processo ou cometimento de crime (BRASÍLIA, 2019).

Desse modo, 2165 casos foram arquivados por que o solicitante saiu do país sem a comunicação ao CONARE ou permaneceu fora do país por mais de 90 dias no prazo de um ano. Ainda que esses deslocamentos tenham sido comunicados previamente, foram extintos conforme estabelecido no artigo 6º da Resolução Normativa CONARE Nº 23/16; 3.949, ou seja, devido à desistência e autorização de residência. Nesse sentido, o artigo 52º da Lei 9.784/99 prevê a extinção quando exaurida sua finalidade, quando o objeto da decisão se tornar prejudicado por fato superveniente ou caso o endereço não tenha sido atualizado no prazo de 30 dias, de acordo com o artigo 6º B da Resolução do CONARE nº 18 (BRASIL, 1999).

No ano de 2019 estava previsto o primeiro reassentamento comunitário em parceria com os municípios, porém outras cooperações fazem-se necessárias para garantir os direitos dos refugiados em território nacional. A ONG Cáritas Brasileira, universidades e Defensorias Públicas podem dar suporte para realização das entrevistas do pedido de reconhecimento da condição de refugiado e, somente em 2020, o número de abstenções reduziu 26% (BRASÍLIA, 2019).

A Cáritas Brasileira é uma organização fundada em 1976, membro da Cáritas Internacional sua ação é mobilizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tem por prática atuação das pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre estas áreas abrange projetos com pessoas em migração e refúgio, tais como: Casa de Acolhida Papa

Francisco, faz parte do processo de interiorização dos venezuelanos do governo federal com capacidade para 40 pessoas acolhe exclusivamente mulheres; curso de português, yoga, capacitações, orientações psicológicas, jurídicas e sociais, escola. Com o apoio da ACNUR, foi o primeiro trabalho sistematizado no atendimentos aos refugiados no Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro, trabalhando para fomentar o processo de integração com autonomia. Hoje em dia atende 60 nacionalidades, neste momento as informações sobre solicitação de refúgio e atendimentos tem sido fornecidas por telefone, assim como em outras entidades (CÁRITAS, 2021).

Na cidade de São Paulo, O Projeto Missão Paz, instituição filantrópica de acolhimento de imigrantes e refugiados que pertence aos missionários Scalarinianos, possui acento consultivo na ONU, sendo membro de uma rede internacional em favor do migrantes e refugiados. Atende pessoas de mais de 70 nacionalidade, sua estrutura é formada pelos equipamentos: Casa do Migrante, abrigo com capacidade de acolher 110 pessoas, com aulas de português, equipe de psicólogo e assistente social; Centro Pastoral, com serviços jurídicos, voltados a documentação e à capacitação profissional; Centro de Estudos Migratórios possui uma biblioteca e cursos à distância; Igreja Nossa Senhora da Paz está aberta a religião de cada pessoa e está ligada as ações políticas, por se estender sua atuação a nível municipal, estadual e federal acompanhou a tramitação e aprovação da Nova Lei de Migração (MISSÃO PAZ, 2020c).

Recentemente, um plano de ação foi adotado devido à infecção do coronavírus, em que houveram diminuição ou suspensão total de atividades aos migrantes, sendo feitos alguns atendimentos por telefone, informações nas redes sociais e rádio, higienização das mãos com álcool gel e disponibilidade de máscara (MISSÃO PAZ, 2020b). Neste momento de pandemia, atualmente os 68 migrantes se viram sem poder trabalhar e com o isolamento no abrigo alguns conflitos na convivência ficaram evidentes, principalmente os preconceitos raciais entre os povos. Neste momento, para contribuir com o sustento dos seus familiares que ficaram no país de origem contam com o benefício emergencial do governo. O que vem trazendo um pouco de leveza para o abrigo em meio as tensões são as brincadeiras das crianças, a internet para contato com familiares no território de origem e a leitura. Devido a diversidade das línguas, a comunicação por vezes se torna distorcida implicando negativamente na convivência. Houve uma mudança na rotina do espaço, com mais horários no refeitório evitando a aglomeração e os migrantes tem auxiliado na limpeza do local (MARTINS, 2020).

Um tipo de migrante nascido no país é o povo cigano que circula entre os territórios, mas seu pertencimento na sociedade é questionado já que por vezes sofrem discriminação e as

legislações parecem não ser suficientes para garantir seus direitos apesar de como cidadãos brasileiros gozarem da proteção legal da Constituição Federal e por extensão ser aplicável a legislação contra o racismo. Historicamente a migração do povo tem sido voluntária, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Após a Revolução Industrial, houve uma queda no comércio e ciganos pobres, que viviam deste recurso, começaram a mendigar. Ainda hoje, é comum observar a presença de crianças com aspecto sujo para sensibilizar a população a doar uma esmola. A partir da pobreza, e não devido à raça, pode ser que assumam atitudes ilícitas, visando a sobrevivência (COSTA, 2010). A data de 24 de maio é comemorado o dia do cigano no Brasil, porém este marco também não garante políticas públicas, direitos humanos, nem a ausência de discriminação (CORADINI & SOUZA, 2017).

Consequentemente, a imagem e o pensamento social desse grupo no imaginário coletivo geralmente se configura como adivinhos da verdade, perigosos e mentirosos. Sendo assim, percebe-se a xenofobia contra os estrangeiros nativos, que são excluídos socialmente (COSTA, 2010). Estas representações estigmatizantes em categorias estereotipadas se dividem em relação aos ciganos em aspectos negativos como: sujo, preguiçoso, perigoso, estrangeiro o que faz com que sejam vistos marginalizados; e aspectos positivos como: alegria, música e liberdade. (CORADINI & SOUZA, 2017)

A identidade cultural dos povos ciganos se caracteriza pelo seus costumes como nomadismo, linguagem, música, roupas coloridas e danças. Neste sentido, a diversidade cultural importa na integração social, porém pode gerar estereótipos excluindo os grupos pobres do acesso à convivência comunitária, educação, saúde, moradia, justiça e emprego, bem como situações de xenofobia e discriminação, como forma de homogeneizar a população (CORADINI & SOUZA, 2017).

Segundo Coradini e Souza (2017), há poucos trabalhos acadêmicos sobre o povo cigano. Atualmente no Brasil, pesquisadores vem realizando grupos de estudos nas temáticas: identidade, escolaridade e habitação. Em 2011, de acordo com dados do IBGE apontavam cerca de 291 acampamentos ciganos no Brasil, sendo a maior concentração nos Estados de Minas Gerais e Bahia. Como visto, não tendo uma legislação que garanta seus direitos, os ciganos compõem os grupos minoritários, isto quer dizer, pessoas que sofrem preconceito pelas crenças, gênero, etnia, religião, aspectos físicos, porém quantitativamente são maiores que os grupos majoritários, aos quais são compostos por pessoas branca e da classe dominante econômica.

A mídia atualmente tem papel preponderante na formação de representações sociais, sendo um veículo tanto de vulgarização de conhecimentos advindo do universo reificado, quanto de partilhamento e produção de novas representações sociais.

## **2.2 O PAPEL DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE CRIANÇAS MIGRANTES**

As diversas mídias disponíveis atualmente foram as principais formas de acessar informações sobre migração e infância, propagando imagens e narrativas pelo mundo e compartilhando um mesmo modo de pensar. No jornal impresso *Folha de São Paulo*, 38 matérias retrataram a imigração latino-americana no Brasil e eram relacionadas principalmente às questões de trabalho dos bolivianos, sobretudo os indocumentados, associados à imagem de indivíduos ilegais e criminosos. O discurso midiático é apresentado como verdade por uma autoridade política ou institucional, que legitima um lugar de sujeitos sociais pobres e desqualificados e reproduz uma identidade coletiva no imaginário social, transformando o que não é familiar em algo familiar (DADALTO, 2011).

Segundo Dadalto (2011), a partir de 11 de setembro de 2001 o tema da imigração tomou um lugar de destaque na mídia. Desde então, os EUA tornaram as políticas de imigração mais rígidas por meio de prisões, principalmente de migrantes vindos do México. Inicialmente os movimentos migratórios eram direcionados à Europa e aos EUA em busca de melhores condições de vida, porém, com a crise financeira nesses países, têm se direcionado para as Américas Latina e do Sul. Esse fenômeno impacta a sociedade por meio do trabalho, que pode produzir representações. Os migrantes, por vezes, são vistos como um custo para o país que os recebe, principalmente as pessoas com pouca qualificação profissional, que dependem das políticas públicas para o apoio de sua subsistência. No entanto, poderão ser vistos também como consumidores de produtos, além de contribuir para o mercado com a diversidade cultural, atravessando as relações de convivência com outros grupos sociais e compartilhando uma rotina diferente da cultura de origem. Apesar das possíveis dificuldades de adaptação, a maioria dos migrantes consegue melhores condições de vida do que as tinha no território de origem, obtendo acesso a direitos como saúde, educação, moradia e trabalho.

No imaginário social pode vigorar o estereótipo de que são vulneráveis, uma vez que historicamente os refúgios são atravessados pela tentativa de superação das condições de miséria. A mídia pode reforçar essas representações, propondo formas de interação social, exercendo poder e criando uma dimensão simbólica que produz subjetividades. Por outro lado, os meios de comunicação também podem facilitar o contato com a família de origem, resgatando a identidade de um grupo social e dando sentido ao novo cotidiano, por vezes

perdido diante do rompimento com o território e seus aspectos simbólicos e culturais (DADALTO, 2011).

A repetição de elementos informativos, cognitivos e ideológicos de um grupo social normaliza crenças, valores e atitudes, estabelecendo sentidos e facilitando ou dificultando as relações. A mídia atua no campo simbólico, configurando representações de valores normalizados, desenvolvendo um imaginário social e criando estereótipos dotados de significados. Embora esse discurso midiático hegemônico não reflita a realidade, dita o modo como uma parcela da sociedade percebe a migração. E os espaços são vivenciados a partir de discursos e representações (DADALTO, 2011).

A criminalização da imigração através da associação ao tráfico de drogas e à pobreza reduz a imagem do migrante refugiado, ignorando todas as possibilidades—o que difere da visão acerca do migrante investidor, que obtém maior acolhimento por parte da sociedade. A qualificação, a inserção no mercado de trabalho e a cidadania não são dignas aos ilegais, de forma que os indocumentados podem reforçar as representações de exclusão nas relações sociais e, assim, correr o risco de não obter seus direitos e exercer seus deveres (DADALTO, 2011).

Retoma-se a participação ativa da criança no acesso aos seus direitos, uma vez que são enxergadas pelo olhar do adulto—que, em sua maioria, não dá espaço à expressão de suas vontades enquanto sujeitos de direitos e desejos. O próprio ato de brincar, como processo imagético de constituição da subjetividade da criança, muitas vezes é negado.

Tal percepção pode ser identificada na letra da música destacada no início do capítulo, que representa um fluxo migratório dos adultos, caracterizado principalmente pelo fluxo da região nordeste para o sudeste do país. Nesse processo, retira-se até mesmo a capacidade imaginativa, através da qual a criança irá criar uma nova realidade para se viver.

Sendo assim, importa refletir que relações perpassam a criança na realidade nua e crua de um processo migratório, principalmente em condições de refúgio marcadas pelas desigualdades sociais? Sabemos que as relações singulares de afeto dão sentido à existência, bem como as relações plurais no tempo histórico e social. As vivências que irão construir o sujeito criam espaços de potência e até mesmo a adaptação a nova linguagem marca o processo de formação identitária (TEIXEIRA, 2018). Portanto, é preocupante quando muitas vezes são descritas experiências a partir de uma não voz da criança, rompendo com sua identidade cultural e privando-a de um espaço definitivo para suas necessidades e vivências. Nesse contexto, possivelmente não surgirá um sentimento de pertencimento ao novo território ou a um grupo social, o que impedirá o resgate e a criação de uma nova identidade (TEIXEIRA, 2018).



Como uma forma de conquista de espaços públicos nos quais as crianças possam expressar seus sentimentos, a Artolution, organização internacional de artes e educação comunitária, atua com educação, cultura e transformação social com refugiados desta faixa etária, oriundos de lugares como a Síria e a Jordânia. Entre as atividades desenvolvidas está a produção de pintura de murais, que permitem retratar as experiências do processo migratório e da adaptação ao novo território, bem como aliviar as angústias. Desta forma, elas se empoderam enquanto sujeitos de direitos e também de desejos (RUECKERT, 2017). Ademais, é um meio de denúncia de questões sociais, cujo objetivo é abordar de modo crítico as nuances que perpassam os conflitos armados, os possíveis traumas e a marginalização social. Assim, promove-se a elaboração das vivências e o fortalecimento dos vínculos comunitários (RUECKERT, 2017).

**Figura 3:** Mural australiano com a comunidade aborígine



**Fonte:** Rueckert (2017)

**Figura 4:** Mural no campo de refugiados palestinos de Balata



**Fonte:** Rueckert (2017)

O projeto de mural e arte pública oferece às crianças refugiadas a oportunidade de compartilhar desde suas memórias sombrias, como a travessia em barcos superlotados, até seus sonhos para recriar uma nova vida (RUECKERT, 2017). É um modo de fazer ações humanitárias que vem contribuindo para a garantia dos direitos da criança, como prevê o artigo 3º da Lei de Migração de 2017, que visa, como um dos princípios o repúdio a xenofobia, a não criminalização da migração e a acolhida humanitária, a igualdade de tratamento e oportunidades, o acesso igualitário as políticas públicas, a inclusão social, a promoção de direitos, a proteção integral e a atenção ao superior interesse da criança migrante (BRASIL, 2017).

Nesta perspectiva de fomentar a criatividade e a potência em grupos minoritários através das artes, o Mawaca, grupo musical criado em 1995, tem por objetivo divulgar as etnias utilizando instrumentos, músicas e figurino coloridos característicos dos diferentes povos pelo mundo resgatando suas identidades e mostrando sua pluralidade. Em 2013, lançou um projeto de CD e DVD denominado *Inquilinos do Mundo*, no qual apresentou a diversidade de migrantes e refugiados, dentre eles: judeus, espanhóis, haitianos ciganos. A percepção da subjetividade do grupo é uma possibilidade de criar diálogo acerca das linguagens, sonora, visual e textual. Mawaca possui diferentes significados, mas em geral quer dizer o poder da música nos territórios. Onde todos são inquilinos compartilhando linguagens, culturas, músicas, cinema, filosofia que pensam e organizam a vida, seus saberes e práticas criando novos valores. No

Brasil, Amawaca designa os índios do Xingu que vivem na fronteira com o Peru (URIARTE, 2018).

Nos debruçamos sobre os intercâmbios musicais entre diferentes povos, celebrando aqueles que vão e vêm, aqueles que estão em constante movimento, aqueles que se desterritorializam por diversas razões: guerras, genocídios, tragédias naturais, movimentos separatistas, ciclos da natureza ou pelo simples desejo de mudar de um lugar para o outro. (URIARTE, 2018 *apud* MAWACA, 2013, p. 2)

Vale ressaltar que iniciativas como essa ajudam no combate ao medo simbólico que favorece e dissemina o preconceito, conforme nos lembra Bauman (2017). Mostrando as crenças e os costumes, é possível perceber a identidade e a subjetividade de um grupo, revelando outros modos de pensar, sentir e agir contribuindo para a elaboração de experiências e para a socialização por meio da comunicação visual e sonora (URIARTE, 2018).

Figura: 5 Grupo de Música Mawaca.



Fonte: (MAWACA, 2021)

Uma pesquisa realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apontou apenas um artigo ou buscamos as palavras-chave *criança refugiada, 2016* e *psicologia social*. E o mesmo não atravessava a temática de refúgio. A partir da aparente ausência de pesquisas na área da infância em processo migratório,

propomos duas reflexões: qual o lugar da criança na sociedade? Quando este lugar está inviabilizado, os direitos são garantidos? As pesquisas nacionais encontradas a partir deste mesmo filtro –por meio de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses– foram identificadas por meio do Google Acadêmico, na área de educação. Por fim, a partir de um novo recorte de pesquisa na CAPES (contendo os enunciados *infância*, *refúgio* e *psicologia social*) foi encontrada uma pesquisa internacional sobre migração internacional com crianças e suas famílias.

No entanto, reduzimos a busca para os termos *crianças refugiadas* e encontramos 477 resultados na CAPES, sendo 471 artigos, 5 resenhas e 1 tese, talvez na área da psicologia social, que nos interessa neste trabalho, possa haver ainda uma necessidade de incentivo as pesquisas.

### **3. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E A PSICOLOGIA SOCIAL EM UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS**

#### **3.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O NÚCLEO CENTRAL EM PSICOLOGIA SOCIAL**

A psicologia social busca compreender como os grupos sociais constroem seus saberes e com isso, mostra a realidade e o cotidiano dos grupos (SÁ, 1996). O conceito de Representações Sociais, elaborado por Moscovici (1998), traz para a produção científica o valor ao conhecimento do senso comum como objeto de reflexão teórica, já que valoriza o conhecimento socialmente compartilhado enquanto uma “verdade” a ser utilizada por um grupo social ao guiar seu comportamento. O grupo no cotidiano não se vale necessariamente do conhecimento reificado pela ciência, mas de suas trocas interpessoais e comunicacionais. A noção se diferencia de acordo com os conjuntos sociais e a partir dos saberes populares, construindo e interpretando a realidade. Assim sendo, pode ser entendida como um conjunto sociocognitivo, organizado e estruturado em dois sistemas (central e periférico), para diagnosticar o que os grupos pensam sobre um determinado objeto. A ênfase da sua função é a comunicação entre os indivíduos no cotidiano, bem como a produção e orientação de comportamentos. Assim, permite compreender uma situação não familiar tornando-a familiar, o que acaba definindo a identidade de um grupo. Da mesma forma, nem todo objeto é objeto para representações sociais, pois, caso não haja necessidade de posicionamento e interação no mundo, não haverá objeto social, nem representação social (SÁ, 1996).

Portanto, para Moscovici (2000, apud LIMA, 2020a) indivíduos e grupos criam representações em um processo interativo de comunicação e cooperação que circula compreendendo a realidade e informando o que já se sabe dela, classificando, explicando, ou descrevendo coisas e pessoas. O saber comum elaborado e compartilhado socialmente caracteriza um grupo social e ajuda a explicar sua realidade, define sua identidade e orienta e justifica suas práticas (ABRIC 1998, apud LIMA, 2020a).

De modo mais dinâmico, o autor também compreende as representações sociais como uma rede de ideias e imagens mais fluídas. (MOSCOVICI, 2003 apud LIMA, 2020a). Segundo Moscovici (1998, p.11), as representações sociais:

são essenciais nas relações humanas, porque se não tivéssemos, não poderíamos nos comunicar e entender um ao outro. Elas também permitem ações conjuntas. Por exemplo, para que um movimento social seja capaz de

agir e se afirmar, a maneira como se vê e como antecipa sua presença na sociedade e na mídia é essencial. As representações também são importantes no nível individual. De fato, ninguém nunca tem contato direto com a realidade. Você não pode assimilar informações se não tiver algum tipo de representação prévia. As representações sociais são, portanto, uma condição para que o indivíduo colocado na frente da informação possa formar sua própria representação da realidade.

Para Jodelet (1986 apud SÁ, 1998), as representações sociais são sistemas de conhecimento socialmente elaborados e orientam comportamentos, definindo a identidade social de um grupo e a construção do objeto.

Na abordagem estrutural, Abric (1994) descreve os elementos do núcleo central sendo compostos pela história do grupo e por seus valores e normas, que condicionam a realidade social passada por gerações pela memória coletiva, definindo assim sua homogeneidade. Desse modo, trata-se do princípio organizador dos elementos da representação, que lhes dá sentido para a tomada de posições. O núcleo central tende à continuidade das representações sociais, pois é resistente à mudança: por vezes, muda-se mais facilmente o objeto das representações do que ela mesma.

Já o sistema periférico é mais flexível, pois absorve novas informações e coloca em questão o núcleo central, atualizando-o. Assim, regula, adapta e protege o sistema central, promovendo uma interface com a realidade e integrando experiências e histórias individuais. (ABRIC, 1994).

Segundo Sá (1996), essa apropriação do conhecimento pode ser dada por meio da ancoragem, na qual há a integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social já existente. É a partir da objetivação que se reproduz um conceito relacionado a uma imagem. Esta é, portanto, constitutiva do pensamento social, permitindo compreender a realidade dos indivíduos e grupos. A imagem de uma criança refugiada na mídia, por economia cognitiva no âmbito da representação do mundo, pode gerar, por exemplo, uma interpretação de um ser puro e ingênuo, associando-a a imagens de anjos e essa realidade poderá orientar o comportamento de um grupo social. Do mesmo modo, o fato de uma representação estar explicitamente presente não significa que todos os sujeitos a compartilharão, pois poderá haver distinção de interpretações a partir das desigualdades sociais (MOSCOVICI, 1998).

Portanto, as pesquisas em representações sociais se ocupam de investigar o pensamento socialmente compartilhado e os possíveis comportamentos oriundos desse pensamento, a fim de gerar, em última análise, uma possível mudança. As representações sociais circulam entre a

cultura, a linguagem e a sociedade. A partir dela, os valores, a comunicação, o processo histórico e a interação social se difundem nas relações. Ratifica-se que não há representação social de todos os objetos, ou seja, somente existem para o que tem relevância social para um grupo. Ao final de uma investigação, o pesquisador poderá perceber que não há representação social do objeto estudado (o que será um dado a ser analisado criticamente) ou ainda extrair uma representação que não corresponde à realidade do grupo estudado (SÁ, 1998).

Uma dificuldade de se encontrar o objeto para uma representação social pode se dar pela não expressão dos fenômenos de modo perceptível e por sua não aceitação. Com isso, pode-se ter uma fala isolada e fora do contexto acerca do assunto abordado. Ao analisar o discurso, pode haver indícios de representações sociais, bem como de apenas estímulos produzidos àquela evocação. Portanto, a escolha do tema para estudo não deve se basear em suposições acerca de um fenômeno que envolvam os objetos de uma representação. Ao contrário, deve-se ter alguma convicção de que o fenômeno exista enquanto objeto a ser representado para um sujeito. Sendo assim, não se correrá o risco de obter como resultado uma pseudorepresentação do grupo pesquisado. Para não cometer este equívoco, o pesquisador poderá se perguntar sobre a realidade daquele grupo e se questionar se esta parece envolver o objeto a ser estudado. Se houver alguma familiaridade entre o cotidiano do grupo e o referencial teórico acerca da leitura do objeto, o processo de identificação das representações sociais se dará mais facilmente. De qualquer modo, o problema a ser levantado na pesquisa também precisa ser colocado para o grupo social a fim de verificar sua plausibilidade (SÁ, 1998).

Moscovici (1984 apud SÁ, 1998) já enfatizava essa ligação entre objeto e representação e da necessidade de se levar em conta o contexto social, para não gerar pseudorepresentações sociais. Do mesmo modo, questiona quem são os sujeitos de um grupo a serem estudados. Para o autor, seria a reunião de sujeitos sobre a mesma classificação, que dividem assim uma interação social ou o partilhamento de objetivos em comum e, por isso, fontes de informação semelhantes (SÁ, 1998).

As representações sociais, a partir de Moscovici (1984 apud SÁ, 1998), podem ser compreendidas como fenômenos do cotidiano e das sociedades modernas que produzem um conhecimento de senso comum dinâmico para apreender os fenômenos sociais. Diferente da concepção de Durkheim (1898 apud SÁ, 1998) que criou o conceito de representações coletivas para explicar um conhecimento menos dinâmico das sociedades mais antigas.

Alguns autores abordam o conceito por meio de diferentes dimensões: cognitivista, social, discursiva, ideológica, enquanto sujeito produtor de sentido e através de relações intergrupais e da reprodução de esquemas de pensamento socialmente estabelecidos. Então,



uma estratégia para a pesquisa a partir da noção de representações sociais seria a escolha de uma perspectiva teórica constituída ou uma combinação entre elas (SÁ, 1998). A “grande teoria” das representações sociais proposta por Moscovici (1984 apud SÁ, 1998), desdobra-se em três correntes complementares. A mais original é a de Denise Jodelet (1984 apud SÁ, 1998), que a articula as representações sociais com as práticas e se identifica com a visão de Moscovici, mas há ainda Willem Doise, com uma perspectiva societal (1993 apud SÁ, 1998), e Jean Claude Abric (1976 apud SÁ, 1998), com a leitura estrutural das representações e portanto mais relacionada a uma visão cognitivista. Em algumas dimensões há uma discussão se há ou não complementariedade à “grande teoria” de Moscovici (SÁ, 1998).

Para analisar alguns pontos de convergência e divergência, entende-se a teoria moscovicianiana das representações sociais como sendo uma comunicação do cotidiano que orienta o comportamento e cujo princípio é tornar familiar algo não familiar. Assim, uma representação é constituída de informação, atitude e campo de representação. Segundo Moscovici (1998), estão presentes na teoria também os processos formadores das representações: objetivação e ancoragem –que vem sendo atenuados, seja por ação de pesquisadores que deixam de lado aspectos imagéticos (o que poderia ser resgatado através de imagens veiculadas nas mídias), seja pela dificuldade de sua identificação, já que não há fontes confiáveis para uma pesquisa histórica da vida e pensamento do popular (SÁ, 1998).

Inicialmente a abordagem complementar de Jodelet (1986 apud SÁ, 1998) dá ênfase às contribuições originais de Moscovici (1984 apud SÁ, 1998) e as representações do cotidiano por meio do discurso do indivíduo e do grupo e de seus comportamentos e práticas sociais, institucionalizadas e retroalimentadas pela comunicação de massa que contribui para mantê-las ou transformá-las (SÁ, 1998).

Segundo Doise (1993 apud SÁ, 1998), a análise psicossocial trata das dimensões das respostas às perguntas como: quem sabe? As representações sociais são princípios geradores de posição nas relações sociais e organizam o processo simbólico. Na abordagem, a ancoragem se faz presente determinando uma posição no campo social. O “metassistema social” condiciona o social através das representações das relações cognitivas (SÁ, 1998).

Abric (1976 apud SÁ, 1998), principal autor e fundador da teoria do núcleo central se ocupa dos aspectos organizativos e cognitivos das representações. As representações sociais segundo esse autor se organiza em sistemas central, com características mais rígidas e estáveis, e periférico, com caráter mutável, flexível e individualizado, sendo que o primeiro organiza o segundo. As representações sociais somente irão se diferenciar se modificarem o núcleo central (SÁ, 1998).



Uma das técnicas de coleta de dados com esse tipo de abordagem é a evocação livre. A partir de Abric (1993 apud SÁ, 1998), esse método se define por seu caráter espontâneo, que permite o acesso a elementos semânticos mais facilmente que na entrevista. A associação livre permite mostrar os elementos implícitos perdidos no discurso. Além dos conteúdos da representação, os pesquisadores do núcleo central pretendem conhecer também sua estrutura e organização interna. Para isso, pedem para o sujeito analisar cognitivamente sua produção da hierarquização. Assim, os próprios sujeitos informam suas representações (SÁ, 1998).

Nascimento, Nascimento e Rocha (2019 apud LAUGIER, 2017:12,13) afirmam que o pensamento é alguma coisa totalmente partilhada, potencialmente coletiva e que de algum modo não pertence ao sujeito, encontra-se fora ou em suas práticas, suas palavras. A questão é então de saber como vamos caracterizar o tipo de pensamento que vai se exercer neste mundo, julgá-lo e transformá-lo.

O pensamento social está relacionado à noção de “comum”, que dita regras e direciona o social, ordenando o que é relevante e o que deve ser partilhado pelos grupos sociais. Nos estudos de memória, Halbwachs (1990) fala da dimensão social, apontando que a sociedade recorda por meio de memórias compartilhadas por um grupo. Com isso, os acontecimentos da vida também são gravados na memória dos grupos mais íntimos. As lembranças são de domínio comum, se encontram em meios sociais e se conservam, são produzidas nas relações com meios coletivos, havendo trocas de acontecimentos que tiveram lugar na vida do grupo.

As representações revelam a identidade dos sujeitos e a representação de um objeto inclui conhecimentos advindos do social, seja por meio de experiências vividas e transmitidas entre gerações, seja através da comunicação. Dessa forma, são estabelecidos sentidos para o indivíduo e também para o coletivo. Por isso, a apreensão da representação não se dá somente a partir do pensamento, mas também por meio do sentimento, do imaginário e dos aspectos simbólicos. A intersubjetividade se dá na relação entre sujeito, objeto e social, formando ideias coletivas voltada à apreensão do cotidiano e ao saber popular. Nota-se um outro modo de obter o conhecimento para além da racionalidade científica: o senso comum. Este informa, comunica, orienta comportamentos, posiciona-se diante de alguns objetos e avalia, podendo ser ou não favorável e tornando-o empírico (NASCIMENTO; NASCIMENTO e ROCHA, 2019).

Segundo Bandura (1986 apud LIMA, 2020), a cognição social integra três aspectos: comportamento, pensamento e ambiente. Desta forma, as crenças, as emoções, e a cognição podem ser desenvolvidas e sofrer mudanças por influência do social, que informam e podem ativar reações emocionais. As crenças negativas em relação a indivíduos e grupos sociais gera preconceito. As representações sociais, alimentadas por crenças e construída por grupos

majoritários pode levar a inferiorização de grupos minoritários, à exemplo os migrantes, criando distorções na percepção e comportamentos discriminatórios (LIMA, 2020a).

### **3.2 CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE DE ESTEREÓTIPOS, PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÃO SOCIAL**

A cognição social e as interações interpessoais interferem na produção de conhecimento e permitem tomar uma decisão. Também implicam em atitudes que podem criar estereótipos, ou seja, simplificações do objeto no mundo que podem vir a gerar preconceito. As crenças compartilhadas sobre os grupos sociais podem associar as minorias a comportamentos violentos por exemplo (VALA & MONTEIRO, 2013).

O mesmo ocorre com a identidade social de Henri Tajfel (1972 apud VALA & MONTEIRO, 2013): o reconhecimento de pertença de um grupo é acompanhado de sentidos emocionais e avaliativos, o que explica a discriminação entre os diferentes segmentos. A identidade não é dada, mas construída para obter conhecimento acerca dos fenômenos sociais (VALA&MONTEIRO, 2013). Neste sentido, Berger e Luckmann (2004) confirmam que a identidade é um fenômeno dialético que envolve indivíduo e sociedade, sendo formada pelos processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida pelas relações. O conflito simbólico da necessidade de uma diferenciação social gera preconceito. Para Tajfel (1981 apud LIMA, 2020b) a identidade social explica o fenômeno do preconceito, porque dividimos o mundo em grupos, em que tendemos a priorizar o grupo que pertencemos em detrimento dos outros.

Dessa forma, o preconceito é um mecanismo cognitivo de comparação, categorização social e ordenação do ambiente social para dar sentido a realidade (CAMINO; LIMA & PEREIRA, 2013). Segundo Allport (1965 apud VALA & MONTEIRO, 2013), preconceito trata-se de uma atitude hostil contra um indivíduo que pertence a um grupo considerado desvalorizado. Os grupos minoritários sofrem preconceitos dentro dessa relação de poder, como, por exemplo, refugiados, nordestinos etc. Na psicologia social, o preconceito sofre influência da cognição social e dos afetos, de maneira que o fenômeno pode ser concebido como um erro cognitivo. É uma atitude racional, que produz comportamentos nas relações intergrupais, mantendo a posição social e as normas dos grupos (CAMINO; LIMA & PEREIRA, 2013).

Segundo Stephan e Stephan (2020 apud LIMA, 2020b), a Teoria Integrada da Ameaça compreende algumas manifestações de preconceito como uma ameaça simbólica caracterizada

pelas crenças e valores de um grupo que podem discriminar o outro. É uma forma de “preconceito sutil” podendo surgir em discursos justificados pela preocupação com a segurança e o emprego, por exemplo. A partir disso, a aparição de uma ansiedade intergrupais, ou seja, o desconforto emocional nas relações intergrupais ocasionada por estereótipos pode gerar expectativas negativas no que se refere aos grupos minoritários, tais como estes que dizem: nordestino preguiçoso e cigano perigoso.

Em outros termos, existem formas mais explícitas como o distanciamento social pela crença de que os migrantes são inferiores e outras mais implícitas de manifestação do preconceito, sendo estas últimas mais difíceis de perceber e, portanto, combater. Nas matérias jornalísticas nota-se o preconceito implícito ao noticiar, por exemplo, crianças brancas como sendo o futuro do Brasil “esquecendo” das infâncias de outros povos que muitas vezes “fogem” da percepção e da cognição do indivíduo e do coletivo. Assim, as normas sociais de controle do preconceito não alcançam estas atitudes (LIMA, 2020b).

Os estereótipos, as imagens e as crenças construídas pelo grupo, principalmente os preconceitos, podem não emergir de modo a identificá-los facilmente (CAMINO; LIMA & PEREIRA, 2013). Para Tajfel (1981 apud LIMA, 2020a), os estereótipos são generalizações ou simplificações cognitivas partilhadas por um grupo geralmente marcadas por relações de poder ao mesmo tempo que dá sentido e constrói a realidade. Segundo o autor, as funções sociais dos estereótipos explicam, justificam e legitimam as ações de um grupo em relação a outro devido a divergências de valores e implicando em categorizações.

Ao compreender os estereótipos e cognição social de um grupo social, por exemplo, universitários, se pretende descobrir os valores de proteção que fortalece a identidade desse grupo. Todavia, os processos automáticos de resposta como a evocação, permite analisar o fenômeno livre da interferência das normas sociais favorecendo que emerge seus sentimentos e ações sem preocupações com a aceitação ou não social. Além de conteúdos históricos, situacionais e individuais o que se espera encontrar são valores universais do grupo social analisado (LIMA, 2020a).

Segundo Bonetto, Piermattéo e Grégory (2019), a zona muda é composta por espaços de representações sociais acerca de um objeto partilhado, que, embora compartilhados no grupo, não se revelam explicitamente no cotidiano. O mesmo ocorre numa análise interrogativa em pesquisa, pois são consideradas inadequadas as normas sociais. Todavia, isso não significa que não existam. Nesse sentido, Moscovici (1998) propõe que as representações sociais não desaparecem, podem apenas estar presentes de forma marginalizada, aparecendo em momento posterior.

Ainda que as representações sociais de preconceito possam não ser expressas por não serem socialmente aceitas, em uma pesquisa, apesar da variação dos elementos gerais que poderão ser mais colocados que outros, não há mudança do núcleo central completamente, como refletem Abric (1994) e Menin (2000). Os indivíduos pertencentes a grupos dominantes e privilegiados tendem a impor a ordem sobre outros indivíduos e segmentos sociais, desqualificando-os a partir de uma diferenciação de aspectos políticos, econômicos e sociais. Após a Segunda Guerra Mundial, houve um intenso movimento de pessoas ameaçadas em busca de melhores condições de vida, mas nem sempre elas foram acolhidas no novo território. O preconceito, enquanto juízo precoce, direciona uma ação desfavorável, simplesmente pelo fato de o indivíduo pertencer a um determinado grupo. Este passa a ser visto de forma homogênea, sem que antes se tenha conhecimento (NASCIMENTO; NASCIMENTO & ROCHA, 2019).

Essas ideologias geram atitudes hostis de exclusão e discriminação, capturadas nas relações de poder entre os grupos sociais. Muitas vezes ocorrem de modo sutil, por meio de distanciamento e “brincadeiras”. Ainda que atitudes preconceituosas sejam socialmente e criminalmente condenáveis, genocídios fazem parte das hostilidades no cotidiano dos grupos minoritários, havendo uma aprendizagem social que dá significado a esses comportamentos violentos (NASCIMENTO; NASCIMENTO & ROCHA, 2019).

A construção da ideologia – processo de formação de ideias, muitas vezes distorcidas, da realidade e criadas pela elite para favorecer interesses próprios de ódio contra os estereótipos –, explica os processos coletivos influenciados por representações a partir de sua influência nas relações sociais. A maneira de pensar, sentir e agir de pessoas e grupos pode ser atravessada por ideologias em detrimento do pensamento crítico. Uma sociedade pensante tende a ser mais acolhedora, pois entende o conhecimento e a lógica como parte da construção do saber (e consequentemente do fazer) do coletivo (CAMINO; LIMA & PEREIRA, 2013).

Uma forma de concepção da vida é pautada no controle dos corpos, que pretende uma normalização das individualidades e visa a manutenção do modo de produção capitalista. Esse conceito, que Foucault (2014) vai denominar “biopolítica”, regulariza as relações sociais como forma de alienação da subjetividade. Do mesmo modo, os princípios do eugenismo, nos quais os pressupostos hereditários sobrepõem os ambientais, condicionam a biopolítica na disciplina dos corpos (BIRMAN, 2006). Para Foucault (2014), a biopolítica contraria as relações de poder baseadas na punição, mas representa uma normalização da população para controlar a vida. O pensamento de docilização dos corpos utiliza meios de correção para transformação dos indivíduos, doutrinando seus comportamentos.

Como proposto por Moscovici (2007), a experiência advém de uma realidade determinada por padrões, que definem fronteiras, diferenciam mensagens relevantes ou não e categorizam os sujeitos. As representações são impostas pela linguagem e pela cultura, organizando pensamentos sobre os quais, na maioria das vezes, não temos consciência. Ao invés de negar o preconceito e as normas, pretende-se dar luz as suas representações, reconhecendo-as na realidade e na constituição do sujeito como um tipo de verdade. Segundo Moscovici (2007, p. 31),

muitas vezes percebemos que alguns fatos que nós aceitamos sem discussão, que são básicos a nosso entendimento e comportamento, repentinamente transformam-se em meras ilusões. Distinguimos, pois, as aparências da realidade das coisas, mas nós as distinguimos precisamente porque nós podemos passar da aparência à realidade através de alguma noção ou imagem.

Pretende-se pensar os movimentos migratórios, principalmente o das crianças (acompanhadas ou desacompanhadas de seus responsáveis), fazendo uma ponte entre as representações sociais construídas a partir da memória coletiva, os estereótipos, os possíveis preconceitos e a discriminação, aqui pensada como uma relação de poder que permeia a vida dessas pessoas, forjando seus corpos.

No que concerne às representações sociais acerca da infância pobre no Brasil, Naiff, Sá e Naiff (2008) vão dizer que a memória social pode reproduzir representações sociais formando a identidade desse grupo. Por vezes, estas podem estar ancoradas num pensamento social de preconceito e exclusão social. Reflete-se sobre a escola não somente como um lugar de aprendizagem, mas também de socialização e representação social. Geralmente à criança pobre é destinada a evasão escolar para inserção no mercado de trabalho informal ou doméstico o que caracteriza trabalho infantil, já que possuem pouca qualificação e estão sujeitas aos trabalhos com baixa remuneração. Portanto, a escola reforça esse assujeitamento através da avaliação por desempenho, muitas vezes distante da realidade desse grupo social.

As condições de desigualdade social são percebidas pela criança desde a primeira infância. Na escola as crianças não só se observam, como também reproduzem, por vezes, atitudes discriminatórias contra grupos minoritários podendo causar prejuízos no desenvolvimento das que sofreram o preconceito tendendo a construir imagens negativas de si (FRANÇA. *et al.*, 2020).

O racismo cultural e estrutural, transmitido nas relações de comunicação e socialização direta ou indiretamente nas instituições sociais é também difundido nas mídias, muitas vezes, por uma invisibilização de determinados grupos sociais como por exemplo, latinos. Isso

demarca territórios, populariza ideologias conservadoras, cria uma identidade coletiva racista e fomenta estereótipos negativos. Atua também em sociedades democráticas, por meio, de sua negação aos direitos, como ao emprego e situações de violências (LIMA, 2020b).

O antirracismo é um processo de identificar e eliminar o racismo seja em atitudes individuais, grupais e institucionais visando ser compartilhado a mudança da cognição com a sociedade. Portanto, o combate ao racismo e ao preconceito deve atingir os três níveis. No nível individual se mostra enquanto biologizante partindo do princípio de uma personalidade e, portanto, pode ser sensibilizada e condicionada com livros, programas de tv e filmes; nos níveis grupal e institucional, apesar das ações poderem atacar direto o problema quando surgem no contexto das escolas, comunidades, mídia etc ainda há limitação nos instrumentos de medida e de avaliação e falta de controle não alcançando todas as pessoas (LIMA, 2020b).

Talvez a compreensão do fenômeno pode ser construída juntamente pela via dos afetos e não somente cognitivo, uma relação integrada pode se mostrar como mais uma estratégia no combate ao preconceito e ao racismo. Isto se mostra de forma exemplar no filme inglês *O Menino do Pijama Listrado* (2008), nas quais duas crianças uma de origem alemã e a outra judia começam uma amizade e no filme mexicano *Un Padre No Tan Padre* (2016), no qual o patriarca descobre valores, por meio do convívio com as diversidades. Estas experiências, ainda que sejam peças cinematográficas, mostraram como os afetos individuais puderam atravessar relações de poder nos três níveis.

Corroborado por Sartre em *Reflexões sobre o Racismo* (1965), a compreensão de aspectos do desenvolvimento de sentimentos preconceituosos pode se dar por meio da análise dos gostos e das paixões. O antissemitismo, por exemplo, seria um gosto subjetivo que se contrapõe a outro gosto e que procede de uma lógica passional. Ao buscar as razões do antissemitismo, as pessoas colocam defeito na tradição e atribui aos judeus o estigma de interesseiros. Todavia, não há perspectiva crítica, pois atribuir ao indivíduo ou ao povo seus “defeitos” é um raciocínio passional, portanto sua escolha e não determinada pelo social. Esta concepção antecipa os acontecimentos e cria a ideologia procurando algo que justifique seu comportamento.

Geralmente, nessas situações de conflito escolhe-se uma visão nacionalista (apaixonada e irracional), conservadora e de superioridade como autoafirmação marcando uma identidade cultural de uma raça pura. Visto isso, sentimentos de oposição que não pertence a identidade passam a ser focos de conflito. O antissemita elegeu o ódio como sentimento para se relacionar com a diversidade e sua atitude é apaixonada (pathos na linguagem grega=doença). Ele tem medo do que é lógico e empírico, é rígido as mudanças, teme a si e a descoberta de novas

verdades. O sentimento de justiça explicaria as ações violentas acreditado que a eliminação de um indivíduo ou um povo seria o bem para a humanidade, se personaliza os conflitos sociais. O apelo ao racional não surte efeito neste campo. Em sociedades democráticas, os judeus seriam uma característica universal, presentes em todos os seres humanos e não um estereótipo (SARTRE, 1965).

Os problemas sociais como o racismo, a discriminação e a xenofobia estão presentes na migração no Brasil associados a fatores socioeconômicos, políticos, geográficos, conflitos armados, pandemias e disputa por territórios, onde as pessoas mais vulneráveis e as dominantes circulam. As atitudes discriminatórias contra estrangeiros opera por uma oposição identitária. Neste sentido, tanto as instituições, as leis quanto as práticas individuais e coletivas podem violar os direitos humanos do grupo social (RIBEIRO, 2020).

Pode-se associar a cultura do ódio ao estrangeiro alguns fatores tais quais: ao nacionalismo exacerbado, a ameaça ao emprego das pessoas do território e a ausência de políticas integracionistas. O discurso de ódio ao estrangeiro não se restringe a discriminação pela diferença na linguagem, mas anulam a alteridade e identidade dos sujeitos em movimento. A diferença identitária pode ser compreendida pela classe dominante mediante aos conflitos seja pela língua, questões políticas, econômica e sociais. Os discursos xenofóbicos e de extrema direita não se apresentam da mesma maneira ao estrangeiro branco europeu, ao negro africano ou ao argelino branco, por exemplo, existem questões raciais, religiosas e rejeição de valores simbólicos que excluem grupos sociais específicos. Num mesmo território coabitam valores, culturas, religiões, políticas, onde poderão ocorrer conflitos e discriminação pela não aceitação das diferenças, desvalorização do outro e o medo ao que vem de fora das marcações geográficas.

Portanto, práticas veladas, hostilidade e violências reforçam a vulnerabilidade do estrangeiro (RIBEIRO, 2020).

Atualmente no governo conservador vigente no Brasil, a legitimação dos discursos de ódio reforçaram a violência aos grupos minoritários não tolerando o diálogo, corroborando com discursos repressivos presentes nas mídias e redes sociais, ambos formadores de opinião. O sujeito agressor se vê como a raça pura e superior enfatizado pelo nacionalismo que marginaliza e exclui todos aqueles que estejam em desigualdades por suas diferenças sociais (RIBEIRO, 2020).

Mesmo com as políticas sociais e integracionistas no governo de esquerda e mais progressista, atitudes de xenofobia e violência eram recorrentes contra migrantes, principalmente entre cubanos, venezuelanos e povos árabes. A língua, como ponto de

intersecção das relações e de afetação de discurso de povos heterogêneos, pode também implicar no tratamento desigual mesmo numa sociedade democrática. Desse modo, a língua das redes sociais, mídias e do discurso que circula nos espaços públicos pode estabelecer sentidos na fala de discriminação, xenofobia e violência diferentemente do que é previsto nas legislações (RIBEIRO, 2020).

Na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), universidade referência no Brasil em políticas integracionistas e de valorização das diversidades em Foz do Iguaçu no Paraná, onde se concentra e circula um número expressivo de migrantes a maioria vindos da América do Sul, assim como demais países, segundo Ribeiro (2020) os discursos de ódio entre os universitários sobressaem tanto nas atitudes de hostilidade, discriminação e violência nos espaços públicos (corredores da universidade e praças da cidade) como nas redes sociais. O que refuta Dávila (2017 apud FRANÇA. *et al.*, 2020) ao dizer que uma cognição mais elaborada, por exemplo a de universitários, deveria favorecer o não aparecimento de preconceitos. Todavia, precisa ser desmitificado o estigma do brasileiro cordial que vigora no imaginário coletivo, assim como sua simpatia e o acolhimento ao estrangeiro, porém muitas vezes há um preconceito silenciado (RIBEIRO, 2020).



## **4. METODOLOGIA**

### **4.1 OBJETIVOS**

#### **4.1.1 OBJETIVOS GERAIS**

1. Identificar a estrutura das representações sociais acerca de crianças refugiadas.
2. Identificar se nas representações sociais aparecem possíveis manifestações de discriminação ou acolhimento por parte da sociedade brasileira.

#### **4.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Aprender se há diferença para a sociedade entre a imagem coletiva do adulto e da criança no processo migratório.
- Perceber se existem estereótipos e preconceitos no grupo, capazes de implicar em violações de direitos, ou se favorece-se uma maior adaptação da criança no território.

## **4.2 METODOLOGIA**

### **4.2.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA**

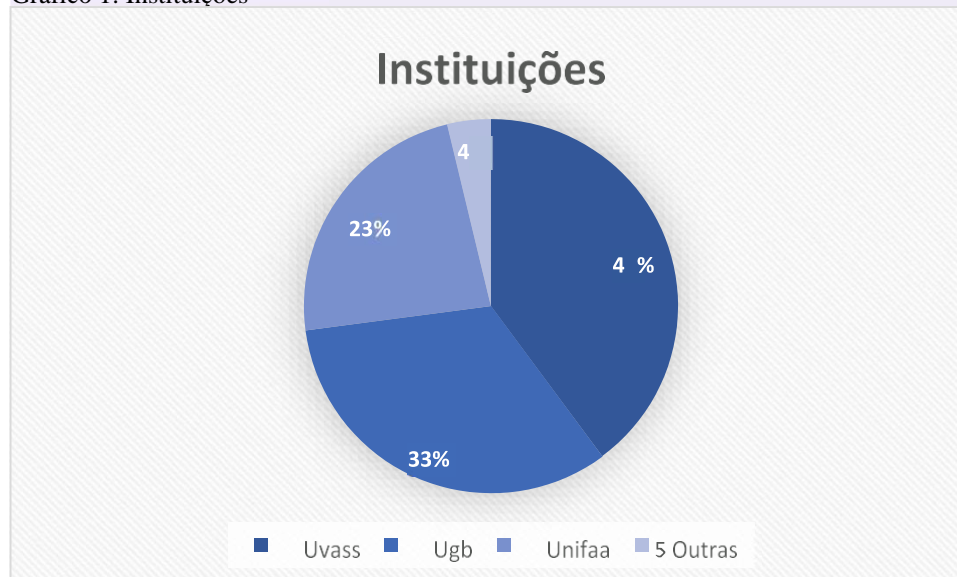
A pesquisa foi realizada com 136 estudantes de universidades da região do Sul Fluminense do Rio de Janeiro. A amostra contou com alunos maiores de 18 anos de idade e foi selecionada devido acessibilidade, de acordo com contatos prévios. Buscamos identificar o que esses sujeitos, supostamente com mais acesso ao conhecimento e informações, pensam sobre as crianças refugiadas e quais as possíveis representações sociais sobre elas. Os sujeitos foram consultados e tiveram que assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## Apresentação sócio-demográfica dos participantes

Em relação aos dados sociodemográficos, se buscou levantar informações sobre o perfil dos participantes.

### Qual a instituição de ensino você pertence?

Gráfico 1: Instituições

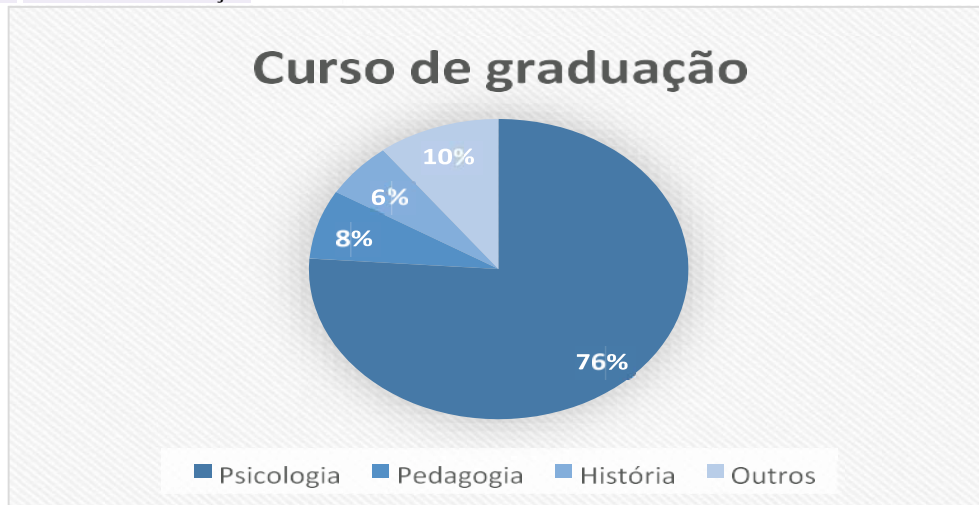


Fonte: Elaborado pela autora (2021)

No primeiro gráfico sobre a instituição na qual o universitário pertence obteve-se 133 respostas, das quais 53 universitários, 39,85% são da Universidade de Vassouras, 44 cerca de 33,08% do Centro Universitário Geraldo di Biasi (UGB), 31 corresponde a 23,31% do Centro Universitário de Valença (UNIFAA), 5 ou seja, 3,76% pertencem a outras instituições.

### Que curso realiza?

Gráfico 2: Cursos de Graduação

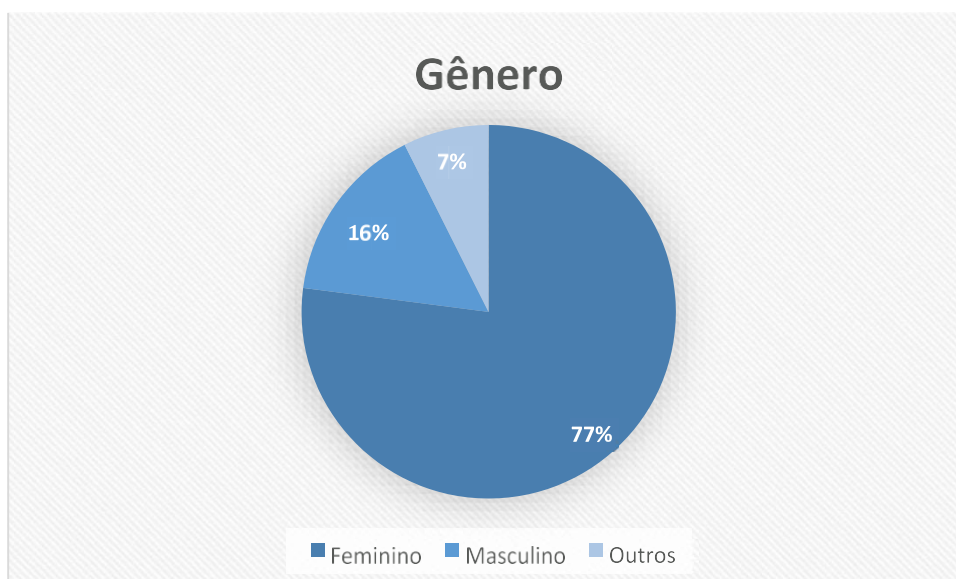


Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Sobre o curso de graduação, obteve-se 134 respostas, dentre elas 102 respostas, cerca de 76,11% dos universitários pertencem ao curso de psicologia, seguido de pedagogia 10 respostas ou 7,46% e história com 8 ou 5,97% e outros com 14 respostas divididas entre outros cursos o que corresponde a 10,46%. Podemos dizer que a amostra foi composta por universitários da área de humanas.

### Qual gênero você se identifica?

Gráfico 3: Gênero

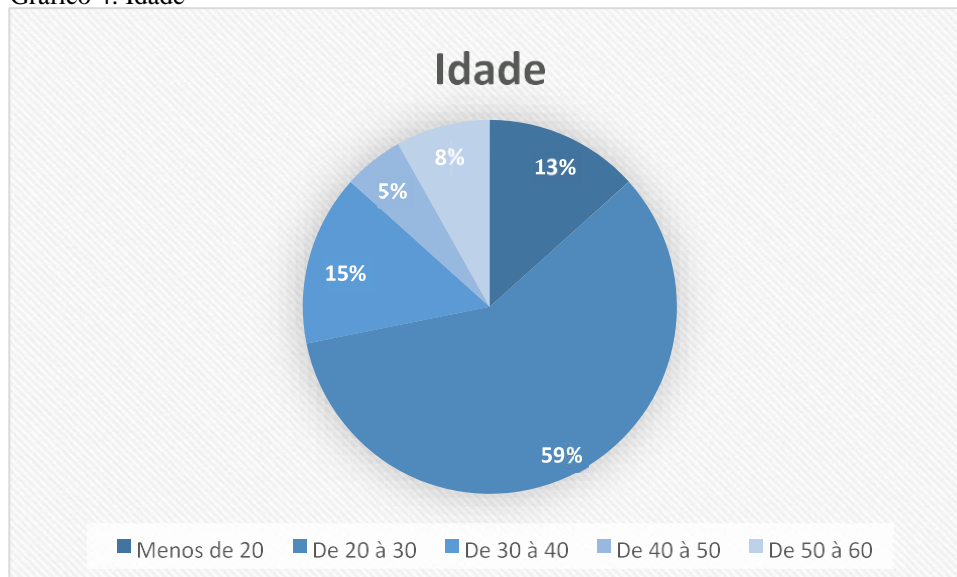


Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Na questão de gênero foram 135 respostas, sendo a maioria, cerca de 104 respostas, 77% responderam feminino, 21 ou 16% masculino e 10 ou 7% outros.

### Quantos anos você tem?

Gráfico 4: Idade



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Na pergunta sobre a idade dos participantes, 135 universitários responderam, 18 respostas compreenderam menos de 20 anos de idade ou 13,33%, de 20 à 30 anos 79 respostas teve o maior porcentual de 58,21%, de 30 à 40 foram 20 respostas o que equivale a 14,81%, de 40 à 50 foram 7 respostas ou 5,18% e de 50 à 60 foram 11 respostas ou 8,14%.

#### 4.2.2 INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS

Quanto aos procedimentos e instrumentos de coleta de dados, o método de identificação dos elementos centrais e periféricos da Representação Social, tendo em vista a inviabilidade da coleta de dados diante do isolamento social ocasionado pela pandemia do COVID-19, foi a realização de entrevistas a partir de questionário aplicado pelo *Google Forms*, aplicativo usado em pesquisas para coletar informações contendo perguntas abertas (interrogativa).

Recorremos ainda à evocação contida no formulário. Por meio da Tarefa de Evocação Livre, houve duas expressões indutoras: CRIANÇAS, REFUGIADAS. A motivação decorre em trazer à luz pelo método da evocação livre as ideias, pensamentos, sentimentos e possíveis ações que este grupo social tem à respeito das crianças em processo migratório. Desta maneira, pretendeu-se identificar a zona muda de uma representação, que corresponde a uma resposta socialmente aceita, uma vez que pode vir a surgir preconceitos e possivelmente não apareceriam caso fossem feitas perguntas diretivas e fechadas. Com isso, permitiu-se também problematizar a situação vivenciada fugindo de evidências ao se questionar a realidade do grupo social a ser estudado para descobrir se o objeto possui alguma representação para o sujeito, se há alguma familiaridade entre o cotidiano do grupo e o referencial teórico para análise do objeto.

A pesquisa recorreu ao método qualitativo, baseou-se na leitura dos resultados e nas análises interrogativa e associativa das Representações Sociais e de conteúdo.

#### **4.2.3 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA**

Vale enfatizar que os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foi fornecido o contato via e-mail para quem desejar ter acesso à pesquisa. A pesquisa seguindo as recomendações da Resolução CNS Nº 510 de 07 de abril de 2016 foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil e aprovada, conforme parecer 4.985.805.

### **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No que se refere aos resultados da pesquisa, 136 universitários da região Sul-Fluminense no Rio de Janeiro responderam ao formulário no Google Forms contendo questões abertas e não obrigatórias. Inicialmente o que se pretendia era uma amostra de 100 sujeitos, porém vamos trabalhar com os dados alcançados, o que permite uma análise mais ampla. Para que facilite a compreensão e discussão dos resultados as perguntas estão distribuídas de modo sequencial e agrupada por temas ao longo do texto e posteriormente sua análise.

## 5.1- ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

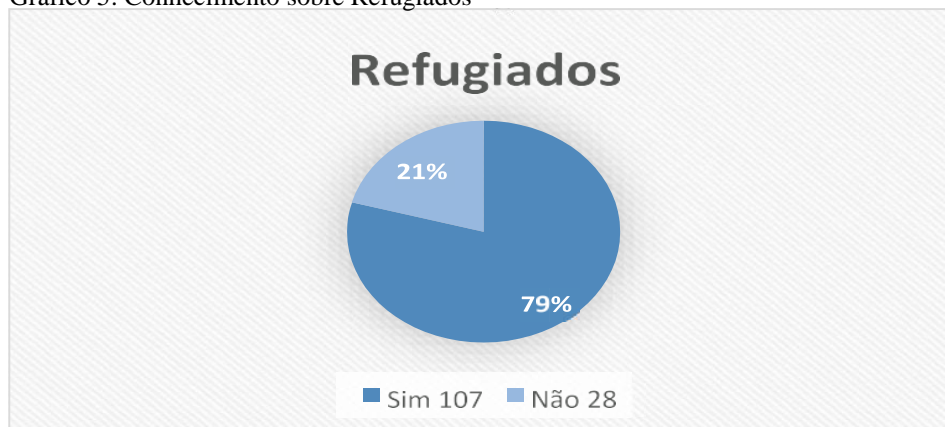
O questionário dispôs de perguntas fechadas, abertas e tarefa de evocação livre. Serão apresentados os resultados de cada item.

### 5.1.1- ANÁLISE DAS PERGUNTAS FECHADAS

As duas perguntas seguintes referiram mais especificamente a temática da migração sobre o possível conhecimento dos participantes acerca do refúgio, infância e por quais meios da mídia.

#### **Já ouviu falar em refugiados?**

Gráfico 5: Conhecimento sobre Refugiados



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Como se pode observar, das 135 respostas, 107 participantes, o que corresponde a 79% dos universitários disseram que sim.

**Você já viu alguma foto, filmagem ou reportagem sobre crianças refugiadas nas mídias? Se sim, em que qual tipo de mídia (TV, Jornal, Revistas, Redes Sociais)?**

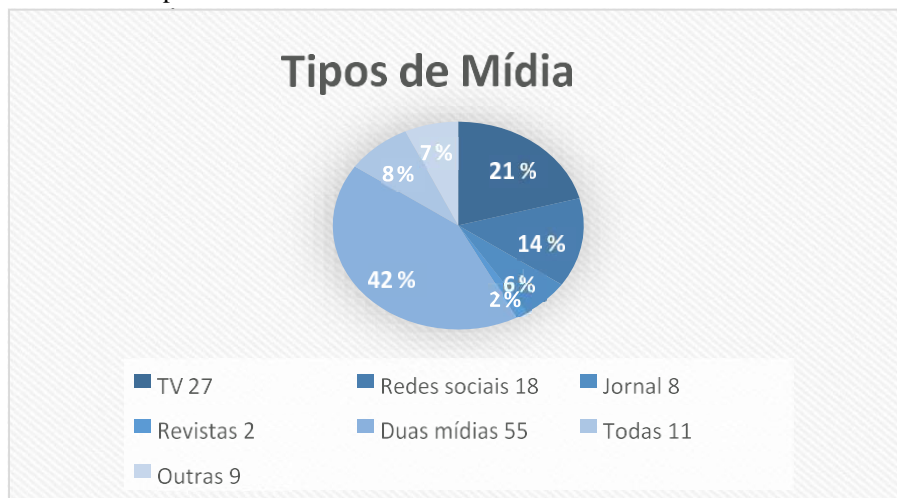
Gráfico 6: Imagem de criança nas mídias



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Dos 134 universitários que responderam, 130 disseram sim já viram imagem de criança refugiada nas mídias, ou 97% e 4 responderam não ou 3%.

Gráfico 7 : Tipos de Mídia



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Como se pode notar, a maior parte dos participantes já viram imagens de crianças refugiadas nas mídias. Sendo, 55 universitários ou 42,30% conhecem por mais de uma mídia; 27 universitários, correspondendo à 20,76% pela TV; 18 universitários, ou seja, 13,84% pelas redes sociais; 11 universitários, ou 8,46% em todas as mídias; 8 universitários ou 6,15% pelo Jornal; 2 universitários ou 1,53% em Revistas, 9 universitários ou 6,93% em outros meios.

A partir de ambas as respostas do questionário podemos ter a hipótese de que há uma representação social do objeto, uma vez que o fenômeno é conhecido pelo grupo social

analisado e de alguma forma parece haver relação entre eles, o que diminui o risco de pseudorrepresentação.

### 5.1.2 – ANÁLISE DAS PERGUNTAS ABERTAS

Na análise dos dados foi feita a partir da Análise de Conteúdo Temática proposta por Bardin (2001), na qual o texto é o meio de expressão do sujeito, por isso são analisadas as palavras ou frases que se repetem e as que também tem sentido na categoria. No procedimento da análise constaram a observação sistemática das questões discursivas, seleção de palavras por semelhança de temas, leitura flutuante das unidades temáticas e construção de categorias dos dados qualitativos. A pesquisa foi exploratória, de campo e descritiva. A escolha do material foi por homogeneidade, ou seja por semelhança e também por frequência de repetição.

#### Que tipo de informação você lembra que ouviu?

Nesta pergunta da entrevista obteve-se 130 respostas e procurou compreender qual o conteúdo de informações os participantes encontram nas mídias. Na Tabela 1 contabilizou-se 164 unidades de registro.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Unidades prototípicas</b>
<b>1.Tipo de informação</b>	<b>1.1 Fuga do país</b>	<b>47</b>	<b>28,66%</b>	“Que são pessoas que fogem de seus países por causa de situação de guerra ou de alguma situação difícil e tentam se abrigar em outros países. Mas que isso sempre é uma experiência difícil, já que muitos países se recusam a ajudar essas pessoas da maneira que elas precisam, causando por exemplo separação de famílias ou qualquer outro tipo de experiência traumática.”
	<b>1.2 Guerra</b>	<b>45</b>	<b>27,44%</b>	“Me lembro do assunto refugiados, mencionado no Jornal Nacional. Falava sobre: Países em guerra!”



	<b>1.3 Refugiados</b>	<b>43</b>	<b>26,22%</b>	“Refugiados da Venezuela”
	<b>1.4 Fome (crise econômica, precariedade, falta de alimentação)</b>	<b>18</b>	<b>10,98%</b>	“Abrigo em países vizinhos, como alguns que fazem fronteiras com o Brasil (no Norte) e buscam auxílio aqui. Pode ser por motivos de guerras, fome, violência nos outros países e buscam uma nova vida em outro lugar.
	<b>1.5 Melhores condições de vida (abrigo)</b>	<b>11</b>	<b>6,71%</b>	“Lembro de noticiários, informando que muitos se refugiaram devido crise econômica no país de origem ou pelo seu país está em guerra, de qualquer forma que são pessoas que vem para o Brasil, objetivando uma condição de vida melhor para si e para seus familiares”

Tabela 1: Análise de conteúdo das respostas dos universitários sobre tipo de informação das mídias.

As subcategorias estão associadas no discurso na maioria dos universitários, por isso um quantitativo maior de unidades de registro nas respostas, que associam a fuga do país de origem com o refúgio devido a guerra e a fome em busca de melhores condições de vida. Como na fala prototípica, em que estão presentes duas subcategorias refugiados e guerra: “Me lembro do assunto refugiados, mencionado no Jornal Nacional. Falava sobre: Países em guerra!”

Sendo assim, a análise mostra que a informação transmitida na mídia de pessoas fugindo de seus territórios em condições de vulnerabilidade social parece integrar o conhecimento sobre o grupo minoritário.

### **De que maneira elas se apresentam nas imagens?**

Houve 128 respostas que disseram o modo como as crianças se apresentam nas mídias, sejam em noticiários, nas redes sociais etc. Na Tabela 2 obteve-se 126 unidades de registro.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Unidades prototípicas</b>
1. Imagem de criança refugiada	1.1 Aspectos emocionais (Triste, chorando medo, pânico, sofridas assustadas, desesperadas)	91	72,22%	“Algumas sem vida, outras sujas... Todas com olhares tristes” “Crianças sofridas se escondendo”. “Geralmente com a expressão de pânico e medo estampadas em seus rostinhos”
	1.2 Aspectos físicos (Machucadas, sujas)	35	27,78%	“Em situações de calamidade, sujas, em meio à guerras, machucadas, chorando”. “Desabrigadas, sozinhas e machucadas”. “Maneira precária, insalubre, sujas, desnutridas”

Tabela 2: Análise de conteúdo das respostas dos universitários sobre a imagem da criança refugiada nas mídias.

A criança refugiada é vista com uma imagem coesa que agrega aspectos físicos (sujas e maltratadas) e emocionais (triste, chorando e com medo) na mesma fala.

Novamente nota-se as subcategorias interligadas, o que pode descrever a maneira de pensar no grupo analisado de acordo com o apelo da mídia a imagem da criança triste, suja, com medo, chorando, sofrida e machucada. O que mostra, por exemplo, na fala prototípica, a qual identificamos três subcategorias: “Em situações de calamidade, sujas, em meio à guerras, machucadas, chorando”.

### **Como você se sente ao ver imagens de crianças refugiadas nas mídias?**

Nesta pergunta obteve-se 130 respostas e se buscou compreender como o pensamento social pode influenciar nas emoções e na maneira de agir do indivíduo e do coletivo. Na Tabela 3 apresentaram 140 unidades de registro.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Unidades de registro</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Unidades prototípicas</b>
1. Sentimentos	1.1 Tristeza	53	37,86%	“Me sinto mal, e bem triste e claro um pouco de mãos atadas por não saber como ajudar e vendo a necessidade de medidas a serem tomadas”
	1.2 Angústia (incômodo, mal, dor, aperto no peito, coração partido)	44	31,43%	“Incomodada, privilegiada, com o sentimento de que ninguém precisa passar por tanta angústia e sofrimento, e que devemos acolher essas pessoas e não o contrário, que é o que fazemos na maioria das vezes”
2. Ações	2.1 Impotência (incapacidade)	22	15,71%	“Sinto uma impotência, pois saber que existem crianças que não tem o conforto ou abrigo que outras tem é injusto, no mínimo inadmissível”
	2.2 Com vontade ajudar	21	15%	“Revoltada e com vontade ajudar”

Tabela 3: Análise de conteúdo das respostas dos sentimentos e ações dos universitários diante a imagem de crianças refugiadas nas mídias.

Os sentimentos que mais apareceram nesta questão foram tristeza e angústia, aos quais parece haver uma interseção nas subcategorias que corrobora nesta fala prototípica: “Me sinto mal, e bem triste e claro um pouco de mãos atadas por não saber como ajudar e vendo a necessidade de medidas a serem tomadas”. Sendo mal-entendido no sentido de angústia estão presentes as duas subcategorias (angústia e tristeza).

Supostamente, estes sentimentos tiveram um atravessamento na ação dos participantes seja de impotência ou na vontade ajudar as crianças refugiadas. Entende-se, portanto, que tais sentimentos podem acarretar em ações ambíguas, seja de paralisação ou conformismo diante do fenômeno, por outro lado, uma vez afetados pela imagem da criança, ser puro e ingênuo, em situações de violação mesmo sem saber o que e como fazer apareceu a vontade de ajudar.

Neste sentido, novamente a imagem da criança refugiada trazida pela mídia ao que tudo indica faz parte da formação de opinião dos universitários mesmo que de modo mais consciente como se vê na fala: “Uma profunda tristeza, até existencial, pois, é como se a mídia - em benefício próprio - tirasse proveito em cima dessas notícias (e provavelmente tiram)”.

A análise de conteúdo das respostas dos universitários em princípio revela um estereótipo da criança refugiada atravessada pelo aspecto emocional triste que vem fugida do país de origem e gera tristeza também no grupo social analisado ao ver sua imagem nas mídias. Tal estereótipo pode gerar tanto ações de acolhimento como a vontade da população de ajudar, quanto discriminatórias por não saber o que fazer os direitos das crianças podem ser violados.

O discurso midiático pode ser atravessado por um estereótipo negativo inviabilizando a garantia de direitos, como ao acesso à saúde, educação, convivência familiar, moradia etc marcando um tratamento dado pela sociedade desigual às crianças refugiadas. (LIMA, 2020a) O estereótipo dessas condições das crianças em situação de vulnerabilidade pode mostrar uma inferiorização da sua imagem por fugir do padrão de criança conhecido pela classe dominante.

Para Stephan e Stephan (2020 apud LIMA, 2020a), a ansiedade intergrupar aparentemente presente nas relações intergrupais, como se pode notar por meio do incômodo afetivo e fomentada através dos estereótipos, pode gerar expectativas negativas em relação ao grupo minoritário, tais como esta imagem que a criança refugiada é triste.

Conforme afirmado por Sá (1996), compreender a realidade e os fenômenos do cotidiano dos grupos sociais, diagnosticar o que pensam sobre um determinado objeto revelam seus saberes e orientam seus comportamentos. Portanto, a comunicação entre os indivíduos informa o que se sabe caracterizando um grupo social e definindo sua identidade (ABRIC 1998, apud LIMA, 2020a).

Como vimos, as representações sociais revelam a identidade dos sujeitos e inclui conhecimentos advindos do social, por meio do senso comum e da mídia. A apreensão da representação, neste caso, se deu a partir do pensamento e do sentimento da população capturando-a em sua totalidade (NASCIMENTO; NASCIMENTO & ROCHA, 2019).

Nesse sentido, se faz necessária a identificação das representações sociais nos discursos e comportamentos dos grupos sociais, a intervenção de seu conteúdo e a análise dos processos de sua construção, pois mostram seus valores, podendo interferir na comunicação, no processo histórico e na interação social dos indivíduos (SÁ, 1998).

### 5.1.3 – ANÁLISE DA TAREFA DAS EVOCAÇÕES LIVRES

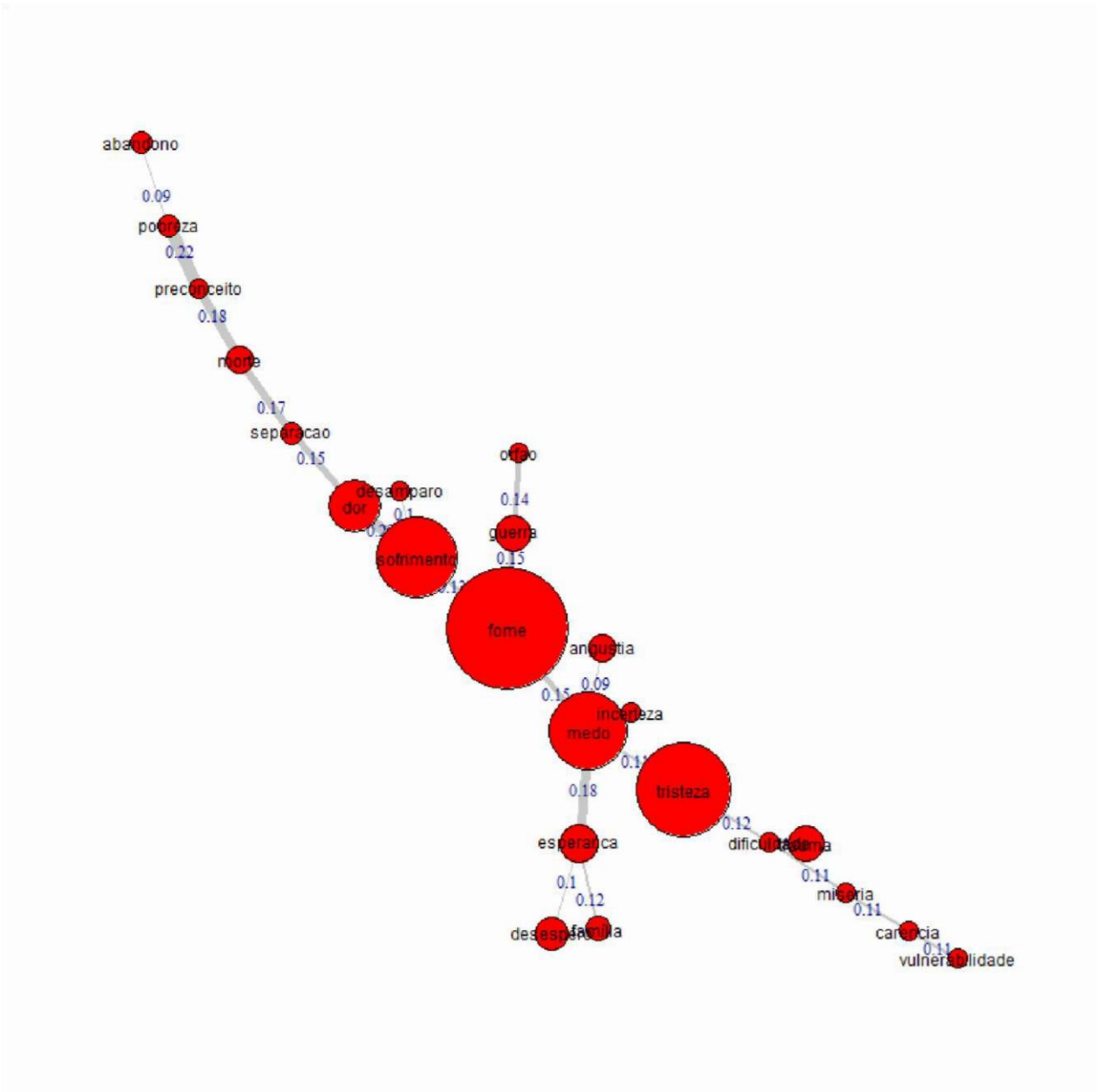
Os dados obtidos através da evocação foram analisados pelo software *Iramuteq*, que acessa os elementos semânticos por ocorrência e frequência dos dados qualitativos. As etapas se baseiam em pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação. O objetivo foi identificar a estrutura das representações sociais acerca de crianças refugiadas, além das possíveis manifestações de discriminação ou acolhimento que possam estar latentes, na zona muda, por parte da sociedade brasileira que supostamente não apareceriam no questionário por não ser socialmente aceitos.

#### 5.1.3.1 – Apresentação da Análise prototípica

<2,23 ordem média de evocação ≥2,23					
Tristeza	33	1,7	Fome	43	2,3
Sufrimento	28	2,0	Desesperança	12	3,4
Medo	27	2,2			
Dor	17	1,7			
Frequência < 11,87			Frequência ≥ 11,87		
Guerra	11	2,2	Trauma	11	2,6
Desespero	10	1,9	Angústia	8	2,5
Pobreza	6	2,0	Morte	8	2,6
Abandono	6	1,8	Família	7	3,4
Miséria	5	1,4	Separação	6	2,7
Carência	5	1,8	Vulnerabilidade	5	2,4
Preconceito	5	2,2	Dificuldade	5	2,4
Desamparo	5	1,8	Incerteza	5	3,4
			Órfão	5	2,8

**Figura 1** - Estrutura da Figura 1 análise prototípica acerca do termo indutor CRIANÇA REFUGIADA entre estudantes universitários (n= 134)

### 5.1.3.2 – Apresentação dos dados da Análise de similitude



**Figura 2** - Estrutura da análise de similitude acerca do termo indutor CRIANÇA REFUGIADA entre estudantes universitários (n=134)

Os quadrantes representam as estruturas da Representação Social, sendo assim foi possível identificar os núcleos central e periférico a partir dos critérios de frequência e ordem de evocação das palavras provenientes do Tarefa de Evocações Livres.

No primeiro quadrante superior esquerdo, indica as palavras que tem alta frequência e que foram mais evocadas indicando provavelmente o núcleo central da representação da criança refugiada na sociedade brasileira. À exemplo, tristeza, sofrimento, medo e dor.

No segundo quadrante superior direito, temos o núcleo periférico com palavras em alta frequência e que não foram prontamente evocadas. Sendo fome e desesperança. Cabe ressaltar aqui que fome apesar de ter aparecido no segundo quadrante, tem a força de um núcleo central pela frequência e pela proximidade com a ordem média.

No terceiro quadrante inferior esquerdo, contém elementos que foram prontamente evocados, mas com baixa frequência, tais quais: guerra e desespero.

As palavras destes dois quadrantes (segundo e terceiro) reforçam o núcleo central.

Finalmente no quarto quadrante inferior direito, indicam os elementos de menor frequência e maior ordem de evocação. Como se pode observar, trauma.

Na análise de similitude percebemos que o elemento mais central é medo, que agrega diversos outros elementos e fome. Portanto, para os sujeitos pesquisados, medo e fome são as principais características que remetem as crianças refugiadas.

#### **5.2.4 – ANÁLISE ARTICULADA DAS FONTES DE DADOS**

A partir dos dados apresentados, podemos avançar na análise do pensamento socialmente compartilhado entre universitários brasileiros do Sul Fluminense, mostrando que a evocação corrobora a análise de conteúdo apresentando acerca da criança refugiada uma imagem de tristeza, medo e fome. Portanto, a criança em situação de refúgio é vista como vítima de uma condição social que a vulnerabiliza em níveis extremos e a mercê de políticas públicas e ações humanitárias para sobreviver.

Não seria de se estranhar, pela gravidade da situação em que percebem as crianças refugiadas, que apesar do apelo humanitário por apoio ou os sentimentos de empatia e pena que muitas vezes são gerados ao se deparar com as imagens, a sociedade pode achar que não tem meios para uma ajuda mais profícua.

Isso posto, o pensamento social corroborado pelo discurso da mídia pode reforçar uma ideia de que a criança refugiada é um problema distante, de outras culturas, sem um apelo direto por tomada de medidas pela sociedade brasileira, criando um distanciamento cultural que pode dificultar num sentimento de pertença ao território e a construção de uma nova realidade.

A criança refugiada apresentada pela mídia em geral possui exatamente as características que apareceram nas representações sociais identificadas. Uma visão

estereotipada e muito forte, que descaracteriza sua história, a história de sua família e grupo social (TEIXEIRA, 2018). Sendo assim, os resultados encontrados na periferia, como situações de guerra, fome, trauma, desespero e esperança presumem a condição de pessoas em refúgio sem uma relação direta com a cultura ou o país que a criança venha.

Neste sentido, as representações sociais se ancoraram diretamente na imagem da criança em sofrimento e desprotegida, assim como a objetivação ficou por conta da força das imagens mostradas. Normalmente notícias que tratam da temática de refúgio em geral mostram imagens de crianças, e essas imagens são sempre de crianças chorando, com medo e sujas ou machucadas. O pensamento social, à noção de “comum”, é partilhado pelo grupo social direcionando-o e ordenando suas atitudes e comportamentos (SÁ, 1998). Aparecendo os três principais elementos das representações sociais como medo e fome, seguindo de sofrimento e tristeza, pudemos conhecer o pensamento do grupo e o conteúdo imagético apresentado por fotos em reportagens jornalísticas mais sensacionalistas. A distorção dos fatos e o foco em uma única verdade legitima os interesses da classe dominante responsável por mostrar e selecionar as notícias para comover o público podendo gerar um sentimento de piedade. O sentimento de pena por si só pode ser positivo e importante forma de mobilização mundial em prol das crianças em situação de refúgio no mundo, mas também podem gerar eventualmente um distanciamento provocando o apoio, mas não o acolhimento.

É preciso proteger e alimentar as crianças que passam pelo processo de migração forçada e se encontram em grave vulnerabilidade, mas é preciso também ouvi-las e garantir sua condição de sujeito de direitos. Com isso é possível ver quais são seus potenciais e fragilidades e como estão vivenciando esses momentos. Segundo Reis e Zanella (2015), o brincar e as artes podem ser meios de resistência e formas de comunicação social que fomenta um papel ativo de voz no enfrentamento da realidade da criança. Nesse sentido, através da imaginação, a criança pode ressignificar sentidos criando modos de subjetivação. O estético possibilita a singularização e a construção de um modo potente e político de expressar as vivências do processo migratório, dar visibilidade as questões sociais e elaborar as angústias (RUECKERT, 2017).

O resgate da identidade e a diversidade cultural manifestados por meio de linguagens, músicas, pinturas e histórias refletem e organizam a vida, os pensamentos, os sentimentos e as ações ampliando o surgimento de novos valores, crenças e costumes. A comunicação simbólica (visual, escrita e a fala) mostra a subjetividade do grupo social e pode auxiliar na socialização, uma vez que a sociedade esteja aberta a compreender outras formas de se posicionar no mundo de maneira não aprisionada numa tradição padronizada (URIARTE, 2018). Para auxiliar na



atitude de acolhimento, enfatizamos a Lei de Migração de 2017 (BRASIL, 2020), que preconiza a descriminalização da migração, acolhida, igualdade, integração social e garantia de direitos. Porém como já visto, a legislação não é suficiente para garantir os direitos, já que é interpretada por pessoas que pensam, tanto de forma acolhedora como discriminatória.

Um outro recurso que pode ser utilizado para obter informações sobre as situações de refúgio, principalmente entre crianças, pode ser através de livros infantis com ilustrações e histórias elaborados pelas agências para refugiados, por exemplo. Nestes, a informação contada revela uma maior proximidade com a realidade vivida pelas crianças, seus limites e suas possibilidades de desenvolver exercendo seu potencial construídos a partir de seus próprios olhares e de quem cuida para que os direitos sejam minimamente garantidos, podendo auxiliar no combate a xenofobia e a desinformação. No ano de 2021, a ACNUR lançou uma campanha #refugiadostêmdireitoáinfância, por meio de dez livros lúdicos, como retratado no livro *Migrando* de Mariana Chiesa Mateos, em que mostra o desafio daquele que deixa seu país e sua língua e amplia a compreensão do fenômeno mostrando que a palavra migrante pode ser sinônimo de sofrimento e fragilidade, mas também de coragem e de futuro (ACNUR,2021b).

Portanto, falar de criança e não com a criança pode ser uma forma de invisibilidade, e do quanto pouco refletimos a importância do envolvimento das crianças nos processos de autogestão e na decisão da própria vida. Isso nos leva a questionar se as crianças desacompanhadas, que engloba uma grande parte das crianças refugiadas, estejam a mercê do que os outros pensam para e por elas. A rara autonomia no discurso e posicionamento da criança, pode circunscrever em um domínio do adulto traduzida por uma visão de inferioridade a ela que mesmo circulando nos espaços públicos pode não ter um sentimento de pertença a nenhum lugar. Este enunciado de criança enquanto um ser frágil legítima que se emita um conhecimento sobre ela encapsulado numa única verdade e a determine como ser indefeso. (UZIEL. *et al.*, 2021).

O discurso social baseado no estereótipo que crianças refugiadas são tristes, sofredoras e com medo pode denotar uma criminalização da pobreza, em que famílias vulneráveis e pobres são culpabilizadas por não promoverem os direitos aos seus filhos individualizando uma questão social que perpassa pela desigualdade e que pouco escapam do seu destino fracassado (Bonalume & Jacinto,2019 apud UZIEL. *et al.*, 2021).

Apesar do resultado da pesquisa não trazer de forma explícita o preconceito no grupo social, o estereótipo de criança triste, suja e em sofrimento pode indicar um preconceito velado da sociedade, que ao guiar seu pensamento pela imagem trazida pela mídia poderá pensar, sentir

e agir de modo preconceituoso ao não visualizar, ao que parece, de outra possibilidade a realidade da criança refugiada que a condição de vulnerabilidade social.

Não estamos com isso negando a importância da ajuda e do apoio direcionado a esses grupos. Muito ao contrário, sabemos que as imagens, ainda que sensacionalistas, provocam uma reação imediata e contundente na população que gera empatia e mobilização. Sendo crianças isso é ainda mais forte. No entanto, nossa reflexão é até que ponto as escolhas feitas sem a participação das crianças, o deslocamento cultural e de assimilação cultural que é feito não cria uma negação de sua própria história e cultura.

Portanto, compreendemos as representações sociais presentes na zona muda como alguns aspectos de discriminação não revelados de modo explícito na sociedade, capturados nas relações de dominação entre os grupos sociais, as quais aparentam ocorrer de modo sutil, por meio do distanciamento territorial, do discurso de vitimização referente as crianças refugiadas e das atitudes de omissão passando a ter uma visão homogênea do objeto. (NASCIMENTO; NASCIMENTO & ROCHA, 2019). Na sociedade coabitam diversos valores, culturas, religiões, línguas podendo ocorrer discriminação pela não aceitação das diferenças desvalorizando o outro por se sentir ameaçada ao que vem de fora das marcações geográficas. Portanto, práticas veladas, hostilidade e violências reforçam a vulnerabilidade do estrangeiro. Desse modo, o discurso que circula nas mídias e nos espaços públicos pode reforçar a discriminação e a xenofobia revelando um preconceito silenciado (RIBEIRO, 2020).

Na escola, local de interação e formação de identidade, a autoestima da criança poderá ser afetada mesmo que de modo mais velado pela discriminação a sua imagem estereotipada. (LIMA, 2020a) A identidade social pode ser reforçada por aspectos emocionais e valores de um grupo dominante, marcada pelas relações de poder. Então, o território, o estereótipo e a discriminação podem produzir a desidentificação do indivíduo excluindo-o e desqualificando-o. (DORIA; FRANÇA & LIMA, 2021) Quais as ações ou (des)ações estariam circulando nesse ambiente social?

Por mais que no nível institucional, as ações possam atacar o problema quando identificado em escolas, comunidades e mídia, se mostram insuficientes, pois as instituições, as leis, as práticas individuais e coletivas podem violar os direitos humanos do grupo social que não tenha o mesmo valor identitário vendo-o como inferior (RIBEIRO, 2020). Para Moscovici (2007), a memória social reproduz representações sociais que podem estar ancoradas num pensamento social de preconceito e exclusão social formando a identidade desse grupo.

O racismo cultural, presente nas relações de comunicação e socialização, é difundido nas mídias invisibilizando os povos, fomentando estereótipos negativos, negando seus direitos e propiciando situações de violências (LIMA, 2020b).

## CONCLUSÕES

Os resultados encontrados na pesquisa não foram suficientes para confirmar a hipótese se há acolhimento ou discriminação por parte da sociedade brasileira. Todavia, as representações sociais relacionadas a criança refugiada com medo e com fome tem direta relação com o que as mídias apresentam em imagens. Isso nos leva a pensar nas condições de extrema vulnerabilidade que crianças em refúgio estão, correndo riscos muito maiores de morte que os adultos e acabam em última análise por reforçar também a ideia da infância pobre como uma “não infância”. Há uma diferença para a sociedade entre a imagem coletiva do adulto e da criança no processo migratório, pois esta é vista como ser frágil e ingênuo, como mostrada nas imagens da mídia, talvez por isso o suposto acolhimento expressado na vontade de ajudar podendo favorecer uma maior adaptação da criança ao território.

Ao mesmo tempo, os estereótipos foram percebidos por meio da imagem da mídia de criança (com medo, fome, triste e suja) e os preconceitos velados no grupo pelo discurso de vitimização às condições de refúgio da criança e práticas de omissão nas ações, as quais podem implicar em violações de direitos, pela população não saber o que fazer para ajudar.

Uma ação potente revelada em projetos artísticos como a pintura de desenhos em muros, a música, o brincar e os livros lúdicos pode dar visibilidade a questão da migração e favorecer o conhecimento sobre os povos contribuindo para a identificação identitária a partir de si, uma vez que a identidade social construída a partir do estereótipo criado pela classe dominante pode produzir um conhecimento hierárquico que desqualifica o sujeito e inferioriza os grupos minoritários por não aceitar a diversidade de costumes, língua, cultura e sentindo um medo do desconhecido podem enxergar no outro uma ameaça que deva ser excluída socialmente em um território marginalizado geográfica e emocionalmente. A realidade das crianças migrantes, muitas vezes marcada pela condição social de vulnerabilidade pode condicioná-las a depender exclusivamente das políticas públicas para sobreviver.

Os aspectos lúdicos e simbólicos podem colaborar na elaboração dos sentimentos das crianças, organizando seus pensamentos, expressando seus desejos como o protagonista de suas ações, ganhando um espaço público de fala, podendo ressignificar sua experiência de travessia do território dando vida a uma nova realidade de oportunidade e aceitação das diferenças temperando seu cotidiano com cores e sabores.

Por fim, esta pesquisa, por tratar de questões sociais atuais e atravessar temáticas inerentes aos Direitos Humanos, nos motiva a continuar nas interrogações sobre o processo de integração da criança migrante ao território brasileiro, a partir de uma investigação com elas

mesmas. Desse modo, poderíamos tentar descobrir se há um acolhimento ou discriminação da sociedade segundo a percepção social na perspectiva da infância. Então sugerimos esses questionamentos para curiosidade de pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Conflito do Afeganistão é o que mais afeta mulheres e crianças deslocadas.** 2021aDisponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/08/13/conflito-doafeganistao-e-o-que-mais-afeta-mulheres-e-criancas-deslocadas>. Acesso em: 21 ago 2021.

\_\_\_\_\_. **Livros infantis para ensinar crianças sobre pessoas refugiadas.** 2021b. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/10/26/livrosinfantis-para-ensinar-criancas-sobre-pessoas>. Acesso em: 28 out. 2021.

\_\_\_\_\_. **ONU: Urgente: O Acnur Brasil está na linha de frente na luta contra a Covid19. Doe agora. Ninguém estará protegido do coronavírus até que todos estejam. A solidariedade é a melhor ferramenta para combater a pandemia.** 2021c. Disponível em: <https://doar.acnur.org/acnur/coronavirus.html>. Acesso em: 28 mai.2021.

\_\_\_\_\_. **ONU: 5 fatos sobre crianças refugiadas** 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-5-fatos-sobre-criancas-refugiadas/>. Acesso em: 02 dez. 2019.

ABRIC, J. C (Org.). Les représentations sociales: aspects théoriques. In: **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994.

ALMEIDA PRADO, R.A de; CALDAS, M.T & QUEIROZ, E. Freire de. O corpo em um perspectiva fenomenológico-existencial: aproximações entre Heidegger e Merleau-Ponty. In: **Sistema de Informação Científica Redalyc Red de Revistas Científicas**. Psicologia e Profissão, v.32, n.4,2012,pp.776791. Disponível em: <https://www.redalyc.org>. Acesso em: 03. ago. 2020.

ALBUQUERQUE, L.F. **Migrantes e o Processo de Integração: Um Estudo de caso sobre migrantes Venezuelanos em João Pessoa.** 2019. Monografia (Graduação)- CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

ÀRIES. P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

BARDIN.L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

BEAUREGARD, L.P. **Fronteira do México transborda de menores desacompanhados. El País.**2021.Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-09/fronterado-mexico-transborda-de-menores-desacompanhados.html>. Acesso em: 27 mai.2021

BERGER.P.L.& LUCKMANN.T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 24ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BIRMAN, J. **Arquivos do Mal Estar e da Resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BONETTO, E; PIERMATTÉO, P.M & GRÉGORY, L.M. O que significa compartilhar? Da partilha real à percepção na abordagem estrutural das representações sociais. In: **Les Cahiers Internationaux de Psychologie Social**, n.123-124, p.117-140, 2019. Disponível em:

<https://www.cairn.info/revue-les-cahiers-internationaux-de-psychologie-sociale2019-3page-117.htm>. Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 16 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.4747, de 22 de Julho de 1997**. Dispõe sobre a Implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em 22 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm). Acesso em: 29 jul.2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/19901994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/19901994/D99710.htm). Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASÍLIA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Representação da UNESCO no Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **Refúgio em Números**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. 4ªed (2019). Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 22. nov. 2019.

CAMINO, L.*et al.* (Org.). **Psicologia Social: temas e teoria**. 2ª ed. Brasília: Editora Technopolitik, 2013.

CÁRITAS. **Quem somos**.2021. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br/>. Acesso em: 07 jun.2021.

COIMBRA, M. B. C.& NASCIMENTO, M. L. **A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?** (2008). Disponível em: <http://www.infanciajuventude.uerj.br>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CONSELHO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 6ª ed. Lei 8069/90. Brasília, 2011.

CORADINIL & SOUZA.V.A. **Os ciganos do Rio Grande do Norte: caminhos e trânsitos**. Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.pág.205229. 2017. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2273>. Acesso em: 07 jun. 2021.

COSTA, J.G. Tratamento Constitucional à minoria étnica: situação do cigano brasileiro. In: **An.Sciencult**, v.1, n.1, UEMS, Paranaíba, 2010. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3482/3455>. Acesso em: 01 set 2020.

DADALTO, M. C. **A representação social sobre a imigração na mídia brasileira: mapeamento e análise dos discursos comunicacionais**. Universidade Federal do Espírito Santo (2011). Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=A+representa%C3%A7%C3%A3o+social+%2C+imigra%C3%A7%C3%A3o%2C+m%C3%ADdia+&btnG](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+representa%C3%A7%C3%A3o+social+%2C+imigra%C3%A7%C3%A3o%2C+m%C3%ADdia+&btnG). Acesso em: 17. Jun. 2020.

DE JESUS, L.E.S.& SANTOS, L.B. **Migração no Brasil: os avanços da Lei nº 13.445/2017 e os obstáculos ao acolhimento humanitário do migrante**. Revista Mosaico, v.11.n.2, p.131-139, 2020.

DEL PRIORE, M. (Org). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Ed.Contexto Caminhos da História, 1991.

DORIA.A.S.;FRANÇA.D.X. & LIMA.M.E.O. **Afirmção da identidade étnico-racial em crianças quilombolas**. Kwanissa, v.4.n.8, p.62-83.São Luís, 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 28ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1988.

FRANÇA. *et al.* **Normas Sociais e Morais, Desenvolvimento Cognitivo e Expressão do Racismo em Crianças**. Processos psicossociais de exclusão social.1ed.São Paulo, 2020. 444p.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 4ed. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GRAJZER, D. E. **Crianças refugiadas: um olhar para infância e seus direitos**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188092>. Acesso em: 17 jun. 2020.

G1. **'Estava gelado, não se mexia', lembra guarda-civil espanhol que resgatou bebê no mar em Ceuta**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/19/>. Acesso em: 28 mai. 2021.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JUBILUT, L.L& APOLINARIO, S.M. (2010). A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. In: **Revista Direito GV**, 6 (1), p. 275-294, São Paulo, 2010.

LIMA. M. E. O. **A análise dos estereótipos: Diálogos entre a Teorias das Representações Sociais e os modelos da Cognição Social**. Processos psicossociais de exclusão social. 1. ed. São Paulo, 2020a. 444p.



\_\_\_\_\_. **Psicologia Social do preconceito e do racismo**. São Paulo. Blucher Open Acess, 2020.b. 142p.

MARTINS.E. **Quarentena atípica: Como refugiados vivem a crise do coronavírus em abrigo de SP**. Publicado originalmente em 11/04/2020, em *Época*. Disponível em :<http://missaonspaz.org/noticias/casa-do-migrante/13-04-2020/quarentena-atpica-comorefugiados-vivem-a-crise-do-coronavrus-em-abrigo-de-sp-1>. Acesso em: 21. Mai.2021.

MAWACA. **Álbum Inquilinos do Mundo**. Direção: Magda Pucci. Produção Musical: Peka Lehti. São Paulo: Ethos.2013.DVD (70 min),son,color.

\_\_\_\_\_. **Quem somos**. 2021.Disponível em: <https://mawaca.com.br/quemsomos/>. Acesso em: 31 mai.2021.

MENDONÇA. “**Minha barraca foi queimada. Perdi roupas e remédio**”, diz venezuelana no **Brasil**. El País, 27 de ago.2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/politica/1535295320\\_792358.html#:~:text=Em%20quest%C3%A3o%20de%20minutos%2C%20a,que%20tinha%20desaparecer%20no%20fogo.&text=A%20venezuelana%20Alix%20Castillo%2C%2033,queimada%20num%20ataque%20em%20Pacaraima](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/politica/1535295320_792358.html#:~:text=Em%20quest%C3%A3o%20de%20minutos%2C%20a,que%20tinha%20desaparecer%20no%20fogo.&text=A%20venezuelana%20Alix%20Castillo%2C%2033,queimada%20num%20ataque%20em%20Pacaraima). Acesso em: 27 mai. 2021.

MENIN, M.S.S. **Representação Social e Estereótipo: a Zona Muda das Representações Sociais**. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 22, n.1, p.43-52, jan-abr, 2000.

MÉRONÉ, S.C.& CANTALAPIEDRA, E.T. Estrategias de familias migrantes haitianas para sus hijos ante las políticas antiinmigrantes de República Dominicana. In: **Migraciones Internacionales**, v.11, art.1, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33679/rmi.v1i1.1742>. Acesso em: 31.ago. 2020.

MISSÃO PAZ.**Confira nota técnica da sociedade civil sobre restrição excepcional e temporária de entrada no Brasil por conta da COVID-19**. 2020a. Disponível em: <http://missaonspaz.org/noticias/cem/20-03-2020/confira-nota-tecnica-da-sociedadecivilsobre-restricao-excepcional-e-temporaria-de-entrada-no-brasil-por-conta-da-covid-19>. Acesso em: 27 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Plano de ação da Missão Paz para o contingenciamento devido à infecção por COVID-19**. 2020b. Disponível em: <http://missaonspaz.org/noticias/cpmm/18-03-2020/plano-de-acao-da-missao-paz-para-ocontingenciamento-devido-a-infeccao-por-covid-19>. Acesso em: 21. mai.2021.

\_\_\_\_\_. **Quem somos**. 2020c. Disponível em: <http://www.missaonspaz.org/menu/quem-somos>. Acesso em: 21 mai. 2021.

MOSCOVICI. S. Comment voit-on le monde? Représentations sociales et réalité. In:**Sciences Humaines**, 21, 11-13, 1998. Disponível em: [https://www.scienceshumaines.com/comment-voit-on-le-monde-representations-socialesetrealite\\_fr\\_11718.html](https://www.scienceshumaines.com/comment-voit-on-le-monde-representations-socialesetrealite_fr_11718.html). Acesso em: 03 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NAIFF, L. A. M.; SÁ, C. P. & NAIFF, D. G. M. **Preciso estudar para ser alguém: memória e representações sociais da educação escolar.** Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v.18, n.39, p.125-138, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103863X2008000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2008000100012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 31 ago. 2020.

NASCIMENTO, M.L. **Abrigo, Pobreza e Negligência: Percursos de Judicialização.** Psicologia e Sociedade; 24 (n.spe.) 39-44,2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/07.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

NASCIMENTO, A.R.A; NASCIMENTO, I.F.G & ROCHA, M.I.A. **Representações sociais, identidade e preconceito:** estudos de psicologia social. 1ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

ONU. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 28 de julho de 1951.** Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas. Assembléia Geral das Nações Unidas, 1951.

PINHEIRO, A.A.A. A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. In: **Psicologia em Estudo.** Maringá, v.9, n. 3, p 343-355, set/dez, 2009.

PESSOA, F. **Quando era criança.** Poesia. 15ed. 1995. Lisboa: Ática, 1942.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1999.

REIS.A.C.R. & ZANELLA.V.A. **Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos.** Revista de Ciências Humanas-UFSC. v.49 n.1. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n1p17>. Acesso em 28 out. 2021.

REUTERS. **Garoto migrante chega a enclave espanhol amarrado a garrafas de plástico para flutuar.** 2021. Disponível em: [https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/20/garotomigrante-chega-a-enclave-espanhol-amarrado-a-garrafas-de-plastico-para-flutuarveja-video.ghtml?fbclid=IwAR0XRNhFZmTadRn\\_lq6f\\_qZVP3bxcadTflan3nFul\\_3l0LITSNB63U-hPcU](https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/20/garotomigrante-chega-a-enclave-espanhol-amarrado-a-garrafas-de-plastico-para-flutuarveja-video.ghtml?fbclid=IwAR0XRNhFZmTadRn_lq6f_qZVP3bxcadTflan3nFul_3l0LITSNB63U-hPcU). Acesso em: 28 mai. 2021.

RIBEIRO, Jocenilson; "Xenofobia e Discurso de Ódio ao Estrangeiro no Espaço de Enunciação da Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai)", p. 263 -292. In: **Processos Psicossociais de Exclusão Social.** São Paulo: Blucher, 2020. ISBN: 9786555060393, DOI 10.5151/9786555060393-13

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

RUECKERT, P. **Conheça Max Frieder, um cidadão global da América que está trazendo arte para zonas de conflito.** "Artolution" é a próxima grande novidade na educação artística global e Max Frieder está liderando o caminho (2017). Disponível em:

<https://www.globalcitizen.org/en/content/max-frieder-global-citizen-of-america/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SARTRE, J.P. **Reflexões sobre o racismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1977.

SOUZA, N.S. **Tornar-se negro as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TEIXEIRA, M. C. **“Mas podia ter coentro”**: crianças migrantes e trajetórias que se encontram. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/6767>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

UNICEF. **Crise migratória venezuelana no Brasil. O trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes. Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 28 mai. 2021.

URIARTE, M. **Intercâmbios sonoros, visuais e textuais celebrados pelo nomadismo musical**. In: *Leitura em Revista*, n.13, p.31, 3 out., 2018. Disponível em: <https://iiler.pucRio.br/leituraemrevista/index.php/LER/article/view/143>. Acesso em: 01 set. 2020.

UZIEL, A.P. (e col). **Convivência integral e aprendizados na tela: uma análise de lives sobre parentalidades em tempos de COVID**. Ñanduty. ISSN:2317-8590. UERJ. Rio de Janeiro, 2021.

VALA, J & MONTEIRO, M.B. **Psicologia Social**. 9ed. Lisboa: Editora Fundação Calomte Gulbenkian, 2013.

VELOSO, C. **O nome da cidade**. Intérprete: Maria Bethânia. In: *A Beira e o Mar*. Rio de Janeiro: Philips/Polygram, 1984. LP. Faixa 7 (3 min 21 s).

VILLA, C.V. & FLORENTINO, M. **Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850**. Atigos Livres. História. v.35. São Paulo, 2016.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/his/a/psB8jK694sK36rHnNKMRdSn/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 15 nov 2021.

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE**  
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 510/2016)

Você está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa de mestrado Representações Sociais de Brasileiros sobre a Infância no Processo Migratório: estereótipos e preconceitos sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) Thaís Leite Reis, do programa de Pós graduação em Psicologia Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O estudo será realizado por meio do formulário pelo GoogleForms, evocação livre e possivelmente por uma entrevista semiestruturada com o objetivo de identificar representações sociais acerca de crianças em situação de refúgio e possíveis manifestações de discriminação ou acolhimento por parte da sociedade brasileira. Para tal, será realizado uma análise com estudantes brasileiros de instituições de ensino superior. A importância da pesquisa compreende devido a atual crise política, econômica e social instaurada no mundo e com reflexos no Brasil atual, principalmente em relação a restrição no acesso de pessoas refugiadas aos seus direitos e uma possível (des)proteção da infância, associada ao apelo enquanto ser inocente e merecedor de acolhimento.

A pesquisa incorrerá em riscos caso o participante se sinta exposto ao se pronunciar, não acreditar na relevância da pesquisa e ter a sensação de perda de tempo ao responder, ou sentir-se cansado por responder ao questionário, principalmente se for convidado a participar de mais pesquisas. Ainda como a pesquisa ocorrerá por meio virtual, há o risco inerente a qualquer acesso à internet. No entanto, como forma de minimização, as informações ficarão salvas no computador do pesquisador e não na nuvem ou computador institucional para ter maior controle dos dados. Por fim, será garantido o anonimato, sendo o endereço de e-mail dos participantes serão salvos em arquivos separado das respostas dos questionários e identificado por um código. Você poderá consultar o(a) pesquisador(a) responsável em qualquer época, pessoalmente Rua Ernani do Amaral Peixoto, nº788, bloco A, apto.306. Chácara Farani, Barra do Piraí-RJ, CEP 27120120, por telefone (24) 999280222 ou por e-mail (thaisreispsico@gmail.com), para esclarecimento de qualquer dúvida. Você está livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa, bem como para não responder qualquer questão sem explicações e justificativas. Todas as informações por você fornecidas e os resultados obtidos serão mantidos em sigilo, e estes últimos só serão utilizados para divulgação em reuniões e revistas científicas. Caso concorde, o link <https://forms.gle/ju7frxMGfjde1hmD7> te direcionar para o formulário e respondendo a primeira pergunta já estará participando da pesquisa. Sendo uma via ficará guardada com o participante e outra com o pesquisador, ambas assinadas. Você não terá custos nem quaisquer direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa. Caso haja dano decorrente da pesquisa será indenizado nos termos da Lei. O participante não terá nenhum benefício a não ser em contribuir para a sociedade na construção do conhecimento científico.

Diante das explicações, antes de responder às perguntas, forneça os dados solicitados e coloque sua assinatura a seguir para sua anuência.

Nome: \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador(a) responsável